



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 48ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**31/10/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Ricardo Ferraço
Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 31/10/2013.**

48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 64/2013 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	9
2	MSF 65/2013 - Não Terminativo -	SEN. CYRO MIRANDA	52
3	MSF 76/2013 - Não Terminativo -	SEN. DELCÍDIO DO AMARAL	80

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)		SUPLENTES
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6427
Anibal Diniz(PT)(13)(16)(17)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
	Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)		
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(32)(35)(48)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(20)(21)(22)(29)(36)	AC (61) 3303-6706 a 6713
	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)		
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Osvaldo Sobrinho(PTB)(18)(38)(53)(65)(66)	MT (61) 3303-1146/3303-1148/ 3303-4061
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)		
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(61)(62)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(42)(54)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(33)(34)(43)(44)(57)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(27)(28)(45)(57)(64)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe de Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPDSB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPDSB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
- (65) 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
- (66) Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 31 de outubro de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
48ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 10/10/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 10/10/2013, designado Relator "ad hoc" o Senador Cyro Miranda, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait e cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 26/09/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1



SENADO FEDERAL
 Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 64, de 2013 (Mensagem nº 305 de 29/07/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor **SERGIO LUIZ CANAES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **SERGIO LUIZ CANAES**, *Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.*

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental [art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)], elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura dos países a que se destina e, ainda, a relação de acordos bilaterais entre o Brasil e aquelas soberanias. Dos



SF/13526.75276-21

Página: 1/5 04/10/2013 13:09:04

c92cf53b7cbb7ff7998a7cb81ad01266ce606c09





SENADO FEDERAL
 Gab. Senador Eduardo Suplicy

documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.

Nascido em São Paulo, em 29 de setembro de 1954, o indicado é filho de Jurandyr Canaes e Nadir Santin Canaes. Em 1976, graduou-se em Economia e Administração e Arquitetura e Urbanismo, ambos os cursos pela Universidade de São Paulo.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1984, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1999, a Ministro de Segunda Classe, em 2005, e a Ministro de Primeira Classe, 2012. Em todas as ocasiões, por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Coordenador-Geral de Protocolo, 1998; Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 2005; Coordenador da Comissão Especial encarregada da organização da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, 2007.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário da Embaixada em Ottawa, 1995; Encarregado de Negócios em Missão Transitória na Embaixada em Beirute, 1996; Conselheiro na Embaixada em Roma, 2000; e Embaixador em Riade e, cumulativamente, Sana.

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, em 2000.

Sobre os países designados – a República da Sérvia e Montenegro –, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

A atual República da Sérvia foi um principado autônomo (face ao Império Austríaco) entre 1817 e 1878, um principado independente entre 1878 e 1882 e um reino independente entre 1882 e 1918. No início do século XX, os sérvios envidaram esforços para formar a Grande Sérvia, um Estado envolvendo toda a região balcânica. Como resultado das chamadas Guerras Balcânicas (1912-1913), anexou a Macedônia e o Kosovo. Após a Primeira Guerra Mundial, a Sérvia passou a ser uma das províncias integrantes

EME
 SF/13526.75276-21

Página: 2/5 04/10/2013 13:09:04

c92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ecc606c09





SENADO FEDERAL
 Gab. Senador Eduardo Suplicy

do Reino dos Servos, Croatas e Eslovenos, renomeado Reino da Iugoslávia em 1929. Em 1945, a Sérvia tornou-se uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia.

No contexto dos conflitos periféricos do final da Guerra Fria, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separaram-se da Iugoslávia em 1991, desencadeando sangrenta guerra civil encerrada apenas em 1995. Em 1992, Sérvia e Montenegro formaram a República Federativa da Iugoslávia, renomeada, em 2003, União da Sérvia e Montenegro até que, com a independência de Montenegro, em 2006, o país passou a chamar-se República da Sérvia.

Registre-se, ainda, que outra guerra civil envolvendo a Sérvia teve início em 1998, com a tentativa de emancipação do Kosovo. Em fevereiro de 2008, o Kosovo declarou independência, ato considerado ilegal por Belgrado, mas reconhecido por países ocidentais liderados pelos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com a Constituição sérvia de 2008, o Kosovo-Metohija constitui-se em província autônoma, assim como o território de Voivodina.

Segundo o Relatório do Itamaraty, República parlamentarista tem como Presidente o engenheiro Tomislav Nikolic, eleito em 2012, e Primeiro-Ministro o cientista político Ivica Dacic, desde julho próximo passado. O Premier acumula as funções de Ministro do Interior. Unicameral, o Parlamento sérvio é composto de 250 representantes, eleitos por sistema proporcional, por voto secreto, para um mandato de quatro anos.

A economia sérvia, destaca o relatório enviado pela Chancelaria, classifica-se como de transição, “uma vez que permanece dominada pelo setor estatal”, convergindo para uma moldura de livre-mercado, com privatizações nos últimos anos. Mais da metade de suas exportações destinam-se à União Europeia, bloco ao qual o país postulou adesão em dezembro de 2009. Outra parceria importante, tradicional tanto no campo econômico quanto política e culturalmente, é com a Rússia.

Em termos de relações com o Brasil, nossa Chancelaria assinala que “são cordiais e marcadas pelo alto nível de diálogo”. E reforça que “o governo sérvio valoriza a posição construtiva e o apego



SF/13526.75276-21

Página: 3/5 04/10/2013 13:09:04

c92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ec606c09





SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

ao multilateralismo e ao direito internacional que o Brasil vem mantendo na questão do Kosovo". O comércio bilateral, entretanto, "encontra-se muito aquém do potencial das duas economias", com o crescimento do intercâmbio de 84,5% entre 2007 e 2012, somando, entretanto, apenas US\$ 62 milhões. A Sérvia pode ser interessante para atrair investimentos para obras e infraestrutura. Segundo a embaixada em Belgrado, há cerca de 150 brasileiros vivendo na Sérvia.

Montenegro é uma república situada nos Bálcãs, remanescendo da Iugoslávia e separada da Sérvia em 2006, mesmo ano em que ingressou na Organização das Nações Unidas. Desde 2010 é reconhecido como candidato oficial à adesão à União Europeia. Com uma população de cerca de 600 mil habitantes distribuída por uma área montanhosa de cerca de 14.000 km², é uma república parlamentarista presidida pelo jurista Filip Vujanovic, tendo como Premiê o economista Milo Djukanovic.

Com um setor industrial constituído de principalmente de empresas remanescentes da antiga Iugoslávia, compondo um complexo de alumínio, uma siderúrgica e uma fábrica de eletrodomésticos, todas privatizadas e controladas por investidores estrangeiros, os setores mais importantes de sua economia são o turismo e os serviços financeiros. O PIB nominal do país é de aproximadamente US\$ 4,3 bilhões.

Com sua independência reconhecida pelo Brasil em 14 de junho de 2006, Montenegro tem seus laços consulares estabelecidos com Brasília por meio da embaixada em Belgrado. Há menos de dez brasileiros vivendo no país. O comércio bilateral é pequeno, tendo, em 2012, o Brasil exportado US\$ 25,35 milhões em produtos para Montenegro e importado apenas US\$ 133 (cento e trinta e três) dólares. Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Montenegro.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão têm os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,



SF/13526.75276-21

Página: 4/5 04/10/2013 13:09:04

cs92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ec606c09





SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

Presidente

Relator



SF/13526.75276-21

Página: 5/5 04/10/2013 13:09:04

cs92cf53b7cbb7ff79798a7cb81ab0126ec606c09





SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 64, DE 2013
(nº 305/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Os méritos do Senhor Sergio Luiz Canaes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'S. Canaes', written in a cursive style.

EM nº 00287/2013 MRE

Brasília, 23 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SERGIO LUIZ CANAES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **SERGIO LUIZ CANAES**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antônio de Aguiar Patriota

EM Nº 00287 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

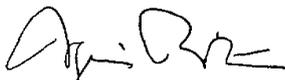
Brasília, 23 de julho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SERGIO LUIZ CANAES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **SERGIO LUIZ CANAES**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SERGIO LUIZ CANAES
CPF.: 819.705.608-00
ID.: 8646 MRE

1952 Filho de Jurandyr Canaes e Nadir Santin Canaes, nasce em 29 de setembro, em São Paulo /SP

Dados Acadêmicos:

1976 Economia e Administração pela Universidade de São Paulo/SP
1976 Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo/SP
1983 CPCD – IRBr
1992 CAD - IRBr
2003 CAE - IRBr, A experiência das pequenas e médias empresas italianas para o modelo exportador. Possibilidades e limitações de aplicação no Brasil

Cargos:

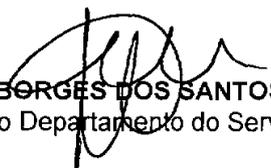
1984 Terceiro-Secretário.
1988 Segundo-Secretário
1993 Primeiro-Secretário, por merecimento
1999 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2012 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1985 Divisão de Política Financeira e Desenvolvimento, assistente
1985 Instituto Rio Branco, Professor, substituto, de Comércio Internacional
1986 Secretaria Especial de Imprensa, assistente
1986 Embaixada em Beirute, Encarregado de Negócios em missão transitória
1988 Embaixada em Londres, Segundo Secretário
1992 Presidência da República, Cerimonial, assistente
1995 Embaixada em Ottawa, Primeiro Secretário
1998 Coordenação-Geral de Protocolo, Cerimonial, Coordenador-Geral
2000 Embaixada em Roma, Conselheiro
2005 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe
2007 GT da Comissão Especial encarregada da organização da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, Coordenador
2008 Embaixada em Riade, Embaixador
2008 Iêmen, Embaixador cumulativo

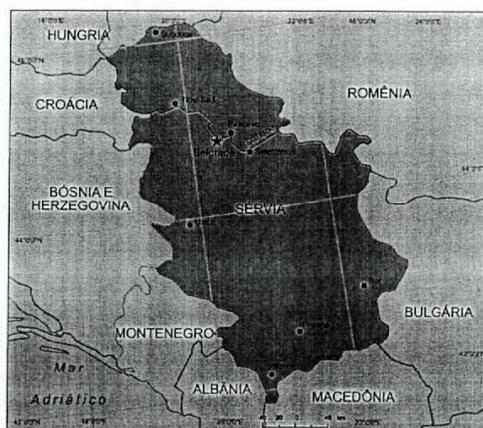
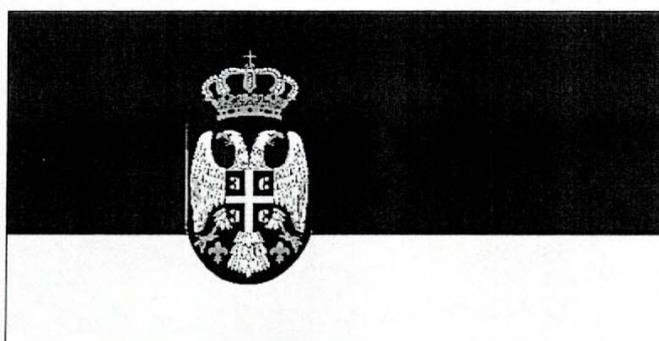
Condecorações:

2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, comendador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SÉRVIA



OSTENSIVO
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado (1,639 milhão de habitantes em 2011)
ÁREA	88.361 km ²
POPULAÇÃO (2011)	7.498.001 (segundo o censo de 2011, não realizado na província do Kosovo)
IDIOMA OFICIAL	Sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	80,48% de cristãos ortodoxos; 9,66% de agnósticos; 6,98% de muçulmanos; 2,89% de outras religiões ou não declarados (2011)
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Assembleia unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tomislav Nikolić
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ivica Dačić
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL	Nebojša Stefanović
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ivan Mrkić
PIB real (FMI, 2013)	US\$ 53,1 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB per capita (FMI, 2013)	US\$ 7.136 (Brasil: US\$ 12.079,00)
PIB PPP (FMI, 2013)	US\$ 91,764 bilhões (Brasil: US\$ 2,366 trilhões)
PIB per capita PPP (2013)	US\$ 13.000,4 (Brasil: US\$ 11.640)
CRESCIMENTO DO PIB (FMI)	2.0%(2013), -1.7%(2012), 1,8% (2011), 1% (2010), -3,5 % (2009)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar sérvio
IDH	0,769/64º
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ljubomir Milić

COMÉRCIO BILATERAL – DADOS: MDIC

BRASIL → SÉRVIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-jun)
Intercâmbio	12,7	27,6	23,6	23,1	33,6	30,6	20,5	27,3	46,8	62,0	33,56
Exportações	12,4	27,1	23,0	22,5	28,5	26,9	19,2	22,8	23,9	27,5	23,96
Importações	0,3	0,5	0,6	0,6	5,1	3,7	1,3	4,5	22,8	34,5	9,67
Saldo	12,1	26,6	22,4	21,9	23,4	23,2	17,9	18,3	1,1	-6,9	14,29

PERFIS BIOGRÁFICOS

TOMISLAV NIKOLIĆ
Presidente da República

Tomislav Nikolić nasceu em 15 de fevereiro de 1952, em Kragujevac. Após concluir a Escola Secundária Técnica, em 1970, atuou como técnico em várias empresas de construção civil da antiga Iugoslávia.

Entrou na política no início de 1990, quando o multipartidarismo foi instaurado na Sérvia. Fundou, em 1991, juntamente com o Movimento Chetnik sérvio (extrema direita nacionalista), o Partido Radical da Sérvia. No mesmo ano, foi eleito deputado da Assembleia Nacional.

Em 1995, durante o Governo de Slobodan Milošević, permaneceu dois meses preso, após ser condenado por atividades políticas ilícitas.

Em março de 1998, foi nomeado Vice Primeiro-Ministro da Sérvia quando seu partido passou a governar em coalizão com o Partido Socialista da Sérvia, então liderado por Milošević – e hoje pelo Primeiro-Ministro Ivica Dačić. Em agosto de 1999, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro.

Em 2008, demitiu-se de todos os cargos do Partido Radical e fundou o atual Partido Progressista da Sérvia, levando consigo boa parte dos deputados de sua antiga agremiação.

Sua visão política assenta-se na extrema direita nacionalista, sustentáculo ideológico dos conflitos armados que fragmentaram a antiga Iugoslávia nos anos 1990. No entanto, seu rompimento com o Partido Radical, em 2008, representou passo significativo no sentido de uma revisão crescentemente pró-europeísta e pacifista de suas ideias.

Concorreu cinco vezes à Presidência da República antes de vencer o pleito de abril de 2012.

IVICA DAČIĆ
Primeiro-Ministro e Ministro do Interior

Ivica Dačić nasceu em Prizren, na província do Kosovo, em 1º de janeiro de 1966. Graduou-se em Ciência Política pela Universidade de Belgrado em 1989.

Em 1990, foi o primeiro presidente da Juventude Socialista de Belgrado após a criação do Partido Socialista da Sérvia (PSS) por Slobodan Milošević. Entre 1992 e 2000, período do Governo Milošević, foi porta-voz do Partido Socialista.

De 1992 a 2004 atuou como deputado no Parlamento da República Federal da Iugoslávia e, em seguida, na Assembleia da União de Estados da Sérvia e Montenegro. Em 2000 e 2001, foi Ministro das Informações no Governo Provisório organizado após a queda de Milošević. Em 2006 foi eleito presidente do Partido Socialista.

Entre 2008 e julho de 2012, exerceu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior.

Após coalizão com o Partido Progressista – do Presidente Nikolić – foi indicado, em 27 de julho último, ao cargo de Primeiro-Ministro.

IVAN MRKIĆ

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ivan Mrkić nasceu em Belgrado em 30 de maio de 1953. Graduou-se em Direito pela Universidade de Belgrado em 1977.

Entrou para o serviço diplomático da antiga Iugoslávia em 1978. Após servir nas missões iugoslavas em Nova York e Bruxelas, atuou, em 1992 e 1993, como Chefe de Gabinete de Dobrica Ćosić, o primeiro Presidente da República Federal da Iugoslávia.

Foi Embaixador em Nicósia entre 1993 e 1999. Com a queda de Milošević , em outubro de 2000, e a restauração da democracia na Iugoslávia, Mrkić conheceu longo período de ostracismo dentro da Chancelaria de seu país. Entre 2001 e 2004 ficou sem função definida no Ministério, período no qual sua demissão foi cogitada.

Em 2006, contudo, foi indicado Embaixador da Sérvia em Tóquio. Em 2011, foi nomeado Secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, durante a gestão de seu antecessor Vuk Jeremić – atual Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em 27 de julho de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete do Primeiro-Ministro Ivica Dačić.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da OTAN em 1999. Após a extinção da União de Estados da Sérvia e Montenegro (sucessora da República Federal da Iugoslávia), Brasil e Sérvia estabeleceram relações diplomáticas plenas em 22 de junho de 2006.

As relações bilaterais são cordiais e marcadas pelo alto nível de diálogo. O Governo sérvio valoriza a posição construtiva e o apego ao multilateralismo e ao direito internacional que o Brasil vem mantendo na questão do Kosovo.

Os contatos de alto nível foram estimulados pelas cinco visitas do ex-Chanceler Vuk Jeremić ao Brasil: realizou visita de trabalho em 2008; participou do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2009; do III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010; novamente do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2011; e, por fim, visitou Brasília em 20 de abril de 2012. Em todas as ocasiões manteve encontro com o titular da diplomacia brasileira.

Registre-se, ainda, visitas a Brasília do ex-Ministro da Agricultura da Sérvia, Sasha Dragin e do Primeiro-Ministro Ivica Dačić (à época Vice-Primeiro-Ministro), ambas em 2010. Nesse mesmo ano, o então Chanceler, Embaixador Celso Amorim, e o

Ministro da Defesa, Nelson Jobim, realizaram visitas oficiais à Sérvia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ivan Mrkic, adiou visita oficial que deveria ter ocorrido no último dia 3 de junho devido às conversas que a Sérvia então entabulava com a União Europeia para estabelecer uma data de início das negociações para a adesão do país ao bloco. Não há ainda data prevista para a realização da visita.

RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

O comércio bilateral encontra-se muito aquém do potencial das duas economias. Pelas cifras do MDIC, o intercâmbio cresceu 84,5% entre 2007 e 2012; soma, entretanto, apenas US\$ 62 milhões, valor pouco representativo no conjunto das trocas brasileiras com a Europa.

Embora tenham crescido nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras não retomaram o patamar de 2007 (US\$ 27,5 milhões em 2012, contra US\$ 28,5 milhões em 2007). Segundo dados do MDIC, 52,5% das exportações brasileiras correspondem ao intercâmbio de carnes. Outros produtos importantes da pauta são fumo (19%) e café (13,8%).

As importações brasileiras são pequenas, mas cresceram em ritmo consideravelmente superior às exportações, nos últimos cinco anos, pelos dados do MDIC (aumento de 576% na comparação entre 2012 e 2007: de US\$ 5,1 milhões para US\$ 34,5 milhões). Os principais produtos importados pelo Brasil em 2012 foram: máquinas (62,2%), vagões (9,6%) e tripas artificiais de proteínas (8,4%).

A Sérvia tenciona investir 22 bilhões de euros na construção e na modernização de sua infraestrutura até 2027. Desse total, 13,7 bilhões serão destinados à construção de autoestradas, 7,4 bilhões a ferrovias e 475 milhões ao transporte fluvial. No setor energético, igualmente contemplado no plano, estão previstas a construção, modernização e ampliação de centrais termoelétricas e hidroelétricas.

Até o final do ano corrente, deverá ser finalizado o maior projeto de infraestrutura rodoviária sérvio, o intitulado Corredor X, que liga Budapeste a Atenas e Sófia, passando por Belgrado e cruzando o território sérvio na direção Norte-Sul. Parte do projeto já está implantada. Os trechos restantes — cerca de 150 km, com vários túneis e viadutos — foram divididos em pequenas parcelas a ser contratadas separadamente. O total das obras a realizar-se é estimado em 1 bilhão de euros.

Outro projeto importante para o desenvolvimento industrial do país é a construção da segunda autoestrada estratégica, o Corredor XI, de 300 km de extensão, que ligará Belgrado ao porto de Bar, no Montenegro, concedendo à Sérvia acesso ao sul do Mar Adriático. Além disso, estão planejadas duas outras autoestradas destinadas a interligar no sentido Leste-Oeste os dois corredores.

Em fevereiro e maio de 2012, engenheiros da Zagope, braço europeu da Andrade Gutierrez, realizaram visita de prospecção à Sérvia com o intuito de avaliar

participação em obras de construção civil a serem realizadas no país até 2020, como parte de seu Plano Master. Mantiveram encontros no Ministério da Infraestrutura e Energia, nas diretorias das maiores empresas públicas, bem como na Prefeitura de Belgrado.

A Sérvia gostaria de diversificar a origem da participação estrangeira, hoje muito concentrada na Europa Ocidental, na Rússia e, agora, na China e no Azerbaijão, que oferecem financiamentos a juros muito baixos. Oportunidades existem não só no setor de infraestrutura, mas também em áreas como: agronegócio, em particular a industrialização de alimentos; indústrias de autopeças e metalúrgica; e produção de energia.

Existe, ainda, potencial para expansão substantiva do comércio bilateral, com base, sobretudo, em exportações brasileiras de aviões e tecnologias de ponta (por exemplo, equipamentos de medição e controle eletrônicos para refinarias e indústrias químicas). A Sérvia tem localização estratégica, nos Bálcãs (um mercado regional de 70 milhões de consumidores), e mantém acordos de livre comércio com países como Rússia, Ucrânia e Azerbaijão.

O saneamento financeiro da empresa aérea estatal JAT e a compra de novas aeronaves apresentariam oportunidade para a EMBRAER ampliar sua presença no sudeste europeu.

DEFESA

As relações bilaterais entre Brasil e Sérvia em matéria de defesa têm sido positivas, em especial após a visita do então Ministro da Defesa Nelson Jobim a Belgrado, em novembro de 2010. Na ocasião, foi celebrado “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”. O referido Acordo encontra-se em trâmite no Congresso Nacional. Quando em vigor, poderá abrir amplo panorama para a cooperação bilateral em matéria de defesa e aproximação entre as Forças Armadas dos dois países.

Em junho de 2012, missão do Ministério da Defesa a Belgrado logrou discutir possibilidades de cooperação na área de medicina militar. O Ministro da Defesa, Aleksandar Vucic, deverá realizar visita oficial ao Brasil em setembro de 2013.

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada do Brasil em Belgrado tem registro de 136 brasileiros que residem atualmente na Sérvia. Há, no entanto, estudantes em intercâmbio e outros residentes temporários não registrados, que elevam a comunidade a, aproximadamente, 150 brasileiros.

Todo o serviço consular no país é realizado pela Embaixada em Belgrado.

ISENÇÃO DE VISTOS ENTRE BRASIL E SÉRVIA

Em junho de 2010, os então Chanceleres do Brasil e da Sérvia assinaram Acordo para a abolição recíproca da necessidade de vistos de entrada para seus nacionais. Aprovado em novembro do mesmo ano pelo Parlamento sérvio, o Acordo foi aprovado em maio de 2013 pelo Congresso Nacional, e promulgado em julho de 2013 pelo Executivo.

A efetiva dispensa da necessidade de vistos para o ingresso de brasileiros no território da Sérvia e de cidadãos sérvios no Brasil terá início a partir de 17 de agosto de 2013.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e a Sérvia.

POLÍTICA INTERNA

A República da Sérvia, em sua configuração atual, data de 5 de junho de 2006, quando se desfez a federação que a unia a Montenegro (2003-2006). A atual Constituição sérvia, de 8 de novembro de 2006, organiza o Estado como uma República parlamentar, com separação de poderes, e estabelece regime de autonomia para as províncias de Kosovo-Metohija e Voivodina.

Escrutínio presidencial e parlamentar realizado em 6 de maio de 2012, com segundo turno em 20 do mesmo mês, resultou na eleição de Tomislav Nikolić, do Partido Progressista da Sérvia (SNS), para a Presidência da República. No Parlamento, o SNS, presidido pelo Ministro da Defesa Aleksandar Vučić, manteve sua posição de maior partido (cerca de 26% dos deputados), seguido pelos social-democratas (DS, presidido pelo Prefeito de Belgrado, Dragan Djilas), pelos socialistas (SPS, presidido pelo Primeiro Ministro Ivica Dačić) e por grande número de partidos menores.

Após negociações infrutíferas entre socialistas e socialdemocratas em junho de 2012, o SNS aliou-se ao SPS e da coalizão, formalizada em julho de 2012, resultou o atual governo, sob a chefia do Primeiro Ministro Ivica Dačić (SPS), que já era Ministro do Interior e Vice Primeiro Ministro no Governo anterior.

O Legislativo sérvio é unicameral, constituído pelos 250 representantes que compõem a Assembleia Nacional. Os Deputados são eleitos por meio do sistema proporcional, por voto secreto, para um mandato de quatro anos. A Assembleia elege um presidente para cada Legislatura. O atual, desde 23 de julho de 2012, é o deputado Nebojša Stefanović.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior sérvia estrutura-se em torno de dois eixos prioritários: (1) a adesão à União Europeia e (2) o encaminhamento da questão do Kosovo de forma negociada, segundo os parâmetros da Resolução 1244, de 1999, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

São também objetivos importantes: melhores relações com os vizinhos, as antigas repúblicas iugoslavas, de que resultará gradual arrefecimento das tensões regionais; inserção econômica nos fluxos financeiros e comerciais internacionais; e boas relações com a Rússia, potência com grande capacidade de influenciar os destinos da Sérvia.

Os dois eixos prioritários evoluíram em conjunto nos últimos meses. Em 19 de abril passado, ao final de dez reuniões realizadas em Bruxelas sob os auspícios da União Europeia e facilitadas pela Alta Comissária da União Europeia para Política Externa, Catherine Ashton, o governo sérvio assinou acordo quadro com as autoridades provinciais do Kosovo. Em troca, conseguiu que o relatório da Comissão Europeia destinado a instruir parte da agenda da reunião do Conselho Europeu em 28 de junho próximo recomendasse o estabelecimento de data para o início das negociações para o acesso da Sérvia ao bloco continental.

Por fim, é preciso assinalar o desejo sérvio de ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). A antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia aderiu ao GATT em 1966 e participou como membro ativo nas diversas rodadas que se seguiram (excetuada a Rodada Uruguai, de cujo encerramento não pôde participar devido ao processo de dissolução do país). O pedido de acesso da Sérvia foi tratado pelo Secretariado da OMC como adesão de um novo membro. As tratativas tiveram início em fins de 2004 e estão avançadas. As negociações bilaterais com o Brasil não se concluíram em razão da proibição sérvia de importação de açúcar brasileiro, além das dificuldades no comércio de carnes devidas às altíssimas taxas de importação sérvias.

ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

Com a adesão, em janeiro de 2007, de Bulgária e Romênia, e da Croácia em 1º de julho de 2013, a União Europeia (UE) passou a ser integrada por 28 Estados-membros. Há hoje cinco países candidatos a adesão: Sérvia, Islândia, Montenegro, Macedônia (FYROM) e Turquia. A Sérvia postulou oficialmente sua adesão à UE em dezembro de 2009, mas negocia sua entrada desde 2003, quando ainda era unida a Montenegro. O Conselho Europeu formalizou, em março de 2012, o reconhecimento da Sérvia como candidato pleno à adesão à União Europeia.

O consenso foi alcançado após a superação das resistências de alguns Estados-membros, como Romênia e Lituânia. Os resultados da negociação que teve lugar em abril entre o Governo da Sérvia e autoridades do Kosovo foram relatados por Catherine Ashton ao Conselho de Ministros de Relações Exteriores da UE. A Comissão Europeia recomendou aos Estados-Membros que as negociações da acessão da Sérvia à UE sejam iniciadas.

RELAÇÕES COM A RÚSSIA

A eleição de Tomislav Nikolić para a presidência e da coligação SNS-SPS para o Governo em maio de 2012 resultou em maior aproximação com a Rússia em matéria de política externa e de parcerias econômicas, financeiras e comerciais, em contraposição ao governo pró-europeísta de Boris Tadić.

A primeira visita do Presidente Nikolić a Moscou foi realizada no dia 26 de maio, dias apenas após sua eleição. Diversas visitas de alto nível foram realizadas entre dirigentes dos dois países desde então. Em mais alto nível, são tratados temas da cooperação bilateral nas áreas de comércio, economia e energia, especialmente a participação sérvia no projeto South Stream. O Presidente Pútín, em encontro em setembro de 2012, afirmou que pretende elevar o relacionamento entre Rússia e Sérvia ao patamar de parceria estratégica. Nikolić ressaltou, em diversas ocasiões, que os vínculos entre os dois países baseiam-se não apenas no compartilhamento de história, fé, tradições, cultura e línguas similares, mas também na existência de benefícios econômicos mútuos.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Desde a reabertura da Embaixada dos Estados Unidos em Belgrado, em 2001, as relações entre EUA e Sérvia alternam momentos de aproximação e o afastamento. Atualmente, os EUA são destinatários de expectativas sérvias para o envio de investimentos privados, principalmente aqueles provenientes da indústria de tecnologia da informação.

O Primeiro-Ministro Dačić visitou os Estados Unidos de 13 a 16 de maio de 2013. Durante os primeiros dias de sua visita, o premiê reuniu-se com representantes de empresas como Microsoft, Google, Cisco e Apple, tendo prometido a presença de algumas delas na Sérvia até o final do ano. Dačić encontrou-se também, em 15/05, com o Vice-Presidente Joe Biden e com o Vice-Secretário de Estado, William Burns. De Biden, o Primeiro-Ministro sérvio ouviu a reiteração do compromisso de que os EUA desejam uma "forte e crescente parceria" com a Sérvia, recebeu novas congratulações sobre o acordo firmado com a província do Pristina e escutou palavras de encorajamento para que Sérvia e Kosovo resolvam suas diferenças "de forma a poder avançar".

ECONOMIA

A economia sérvia classifica-se, ainda hoje, como de transição, uma vez que permanece dominada pelo setor estatal. A despeito disso, o Governo tem progredido na reestruturação da economia nos moldes do livre-mercado. Exemplo desse esforço foram as privatizações realizadas em alguns setores, como o de telefonia celular, nos últimos anos. Mais da metade das exportações da Sérvia dirigem-se à União Europeia, e qualquer desaceleração na região reflete-se negativamente na economia sérvia, principalmente pela redução de investimentos externos, já prejudicados pela insegurança jurídica do país. Outras dificuldades são o desemprego elevado (hoje alcança a cifra de 23%) e a inflação acima dos patamares projetados. Por outro lado, alguns fatores são ainda favoráveis ao crescimento, por exemplo, a força de trabalho relativamente barata e qualificada e a boa localização estratégica do país.

O setor de serviços vem aumentando a participação na economia, e hoje corresponde a 65% do PIB. A participação do setor industrial, em que se tem destacado a construção civil, é de 23%; a agricultura corresponde a 12%. O país ainda é deficiente na geração e transmissão de energia elétrica, possível gargalo ao crescimento local. As telecomunicações vêm aumentando sua participação no PIB ancoradas, sobretudo, em serviços de telefonia móvel e internet. O governo local também deverá adotar reformas estruturais, como privatizações de empresas estatais, com vistas a ampliar a competitividade da produção local. A concessão à Sérvia do status de candidata a integrar a UE forçará o país a acelerar reformas liberalizantes. A indústria metalúrgica tem importante papel na atividade exportadora, seguida pela química e pela mineração. A agricultura, que emprega cerca de 40% da população, é um dos poucos setores que tradicionalmente registra superávit comercial. Os principais produtos são milho, trigo, açúcar, girassol, soja, batatas. A área total cultivável é estimada em cerca de cinco milhões de hectares.

A consolidação fiscal permanece como um dos principais desafios econômicos a médio prazo. Entre 2007 e 2011, a relação entre a dívida pública e o PIB cresceu de 30% para 45%. Em junho de 2012, a dívida pública alcançou 15,3 bilhões de euros, ou 54,7% do PIB, muito acima dos 45% legalmente previstos.

O país registra estoque de investimentos estrangeiros diretos da ordem de 20 bilhões de dólares, dos quais 70% originam-se na União Europeia. Os principais segmentos receptores são o financeiro, a indústria manufatureira, o imobiliário, transportes e comunicações. O grau de endividamento externo é considerado elevado, tendo atingido 24,1 bilhões de euros (79% do PIB). As reservas internacionais da Sérvia somaram 9,9 bilhões de euros, segundo os dados do Banco Nacional da Sérvia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1389	Nobreza sérvia dizimada por tropas otomanas na Batalha dos Campos do Kossovo
Séculos XV a XVIII	Sérvia é absorvida pelo Império Otomano
1878	Independência sérvia reconhecida internacionalmente
1918	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial
1929	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia
1945	Sérvia se torna uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia
1991	Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia
1992	Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia
1995	Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia
1998	Início da Guerra do Kossovo
1999	Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. O Kossovo passa a protetorado da ONU
2000	Renúncia de Slobodan Milošević
2003	Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro
2006	Montenegro declara independência após referendo. O país passa a intitular-se República da Sérvia
Fevereiro/2008	O Kossovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias.
Setembro/2008	Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a UE
Março/2012	A União Europeia reconhece a Sérvia como candidata oficial ao ingresso na União
Abril/2012	Tomislav Nikolić é eleito Presidente da República
Julho/2012	Ivica Dačić assume como Primeiro-Ministro da Sérvia
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Junho/2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial
Outubro/2003	Os Primeiros-Ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista (27/10/2003), onde se avistaram com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Abril/2005	Reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília
Junho/ 2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas plenas
Outubro/2007	Nova rodada de consultas políticas, em Belgrado
Abril/2008	Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio, Vuk Jeremić
Setembro/2008	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas
Outubro/2008	Reunião de consultas políticas, em Brasília
Abril/2009	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio Vuk Jeremić no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina
Janeiro/2010	Visita a Brasília do Ministro da Agricultura Sasha Dragin.
Maiο/2010	Participação do Chanceler sérvio Vuk Jeremić na Conferência Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro
Junho/ 2010	Visita do então Vice-Primeiro-Ministro (hoje Primeiro-Ministro) Iвица Dačić ao Brasil
Junho/2010	Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Sérvia
Novembro/2010	Visita do Ministro da Defesa do Brasil à Sérvia
Abril/2011	Participação do Chanceler sérvio, Vuk Jeremić, no Fórum Econômico Mundial para a América Latina
Abril/2012	Visita do Chanceler sérvio Vuk Jeremić ao Brasil
Junho/2012	Participação do Presidente da Sérvia, Tomislav Nikolić, na Conferência Rio+20

ACORDOS BILATERAIS

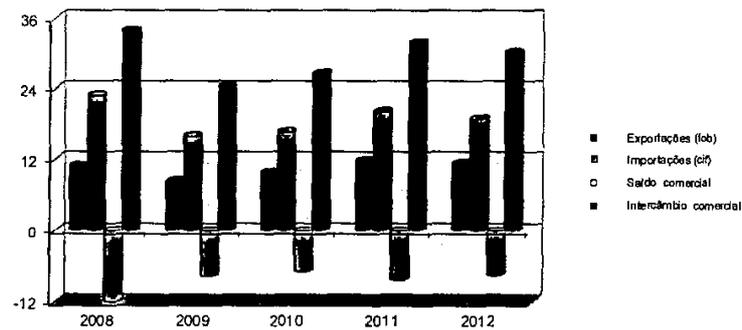
Título	Data de Celebração	Vigência
Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Sérvia e Montenegro	01/07/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Cooperação no Campo Veterinário	05/01/2010	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	20/06/2010	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Vistos para seus Respectivos Nacionais	20/06/2010	Já aprovado pelo Parlamento sérvio (outubro/2010) e pelo Congresso Nacional (julho/2013), entrará em vigor em 13 de agosto de 2013)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	29/11/2010	Em tramitação (pendente de aprovação pela Câmara dos Deputados para posterior encaminhamento ao Senado Federal)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

SÉRVIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	11,0	8,3	9,8	11,8	11,4
Importações (cif)	22,9	16,0	16,7	20,1	18,9
Saldo comercial	-11,9	-7,7	-6,9	-8,4	-7,6
Intercâmbio comercial	33,8	24,4	26,5	31,9	30,3

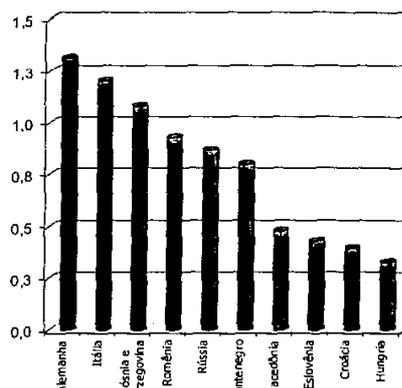
Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Março 2013.



O comércio exterior da Sérvia apresentou, em 2012, decréscimo de 11% em relação a 2008, de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 30,3 bilhões. As exportações apresentaram crescimento de 3,5%, enquanto as importações retrocederam cerca de 17%. No ranking da ONU/UNCTAD, a Sérvia figurou como o 78º mercado mundial, como o 85º na exportação e o 74º na importação.

SÉRVIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Alemanha	1,3	11,3%	1,3	11,6%
Itália	1,3	11,1%	1,2	10,6%
Bósnia e Herzegovina	1,2	10,1%	1,1	9,5%
Romênia	0,8	6,9%	0,9	8,2%
Rússia	0,8	6,7%	0,9	7,7%
Montenegro	0,9	7,6%	0,8	7,0%
Macedônia	0,5	4,5%	0,5	4,2%
Eslovênia	0,5	4,5%	0,4	3,8%
Croácia	0,5	4,0%	0,4	3,5%
Hungria	0,3	2,9%	0,3	2,9%
...				
Brasil	0,01	0,1%	0,01	0,1%
Subtotal	8,2	69,6%	7,9	69,2%
Outros países	3,6	30,4%	3,5	30,8%
Total	11,8	100,0%	11,4	100,0%

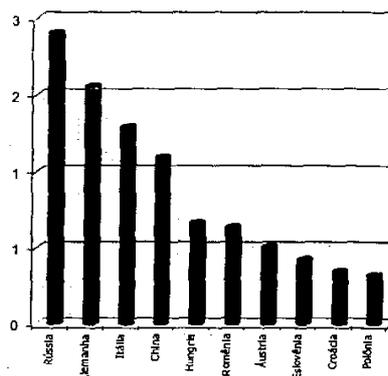


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tredatex, March 2013.

As exportações do país são destinadas, em grande parte, aos vizinhos europeus. Individualmente, a Alemanha representou cerca de 12% da demanda exportadora do país em 2012, seguida de Itália, Bósnia & Herzegovina e Romênia com 10,6%, 9,5% e 8,2% do total, respectivamente.

SÉRVIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Rússia	2,7	13,2%	2,1	10,9%
Alemanha	2,2	10,8%	2,1	10,9%
Itália	1,8	8,9%	1,8	9,7%
China	1,5	7,6%	1,4	7,3%
Hungria	0,9	4,6%	0,9	4,9%
Romênia	0,9	4,4%	0,8	4,3%
Áustria	0,7	3,5%	0,7	3,5%
Eslovênia	0,6	3,0%	0,6	3,1%
Croácia	0,5	2,4%	0,5	2,8%
Polônia	0,5	2,3%	0,5	2,8%
...				
Brasil	0,10	0,5%	0,08	0,4%
Subtotal	12,3	61,2%	11,5	60,7%
Outros países	7,8	38,8%	7,4	39,3%
Total	20,1	100,0%	18,9	100,0%



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tredatex, March 2013.

Os países vizinhos da Europa são os principais fornecedores de bens para a Sérvia. Em 2012, os 10 primeiros países abasteceram 60,3% das necessidades de importação do país. Destacaram-se Alemanha (10,9%); Itália (9%); e Hungria (9%). O Brasil obteve o 36º lugar, com 0,4% do total.

SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas elétricas	1.138	10,0%
Máquinas mecânicas	704	6,2%
Cereais	672	5,9%
Automóveis	623	5,5%
Plásticos	527	4,6%
Cobre	509	4,5%
Ferro e aço	465	4,1%
Alumínio	410	3,6%
Combustíveis	399	3,5%
Borracha	393	3,5%
Subtotal	5.840	51,4%
Outros produtos	5.512	48,6%
Total	11.352	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

A pauta de exportação da Sérvia é diversificada. Máquinas - elétricas (fios, cabos, condutores de uso elétrico, dentre outros) e mecânicas (refrigeradores, bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor, elevadores de líquidos, impressoras, dentre outros), cereais (milho e trigo e mistura de trigo com centeio), automóveis (carros de passeio, inclusive os "station wagon", parte e acessórios de carros, dentre outros) e plásticos representaram cerca de 32% do total exportado. Destacaram-se também cobre (4,5%); ferro e aço (4,1%) e alumínio (3,6%).

SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	3.312	17,5%
Máquinas mecânicas	1.618	8,5%
Máquinas elétricas	1.357	7,2%
Automóveis	1.166	6,2%
Plásticos	994	5,3%
Farmacêuticos	672	3,5%
Ferro e aço	505	2,7%
Papel	477	2,5%
Obras de ferro ou aço	457	2,4%
Alumínio	378	2,0%
Azubos	367	1,9%
Subtotal	11.304	59,7%
Outros produtos	7.632	40,3%
Total	18.936	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

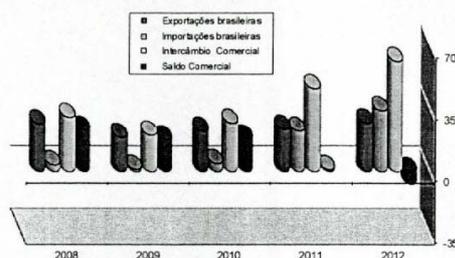
A pauta de importação da Sérvia é concentrada. Combustíveis (gases de petróleo e óleos de petróleo bruto e refinado) e máquinas - mecânicas (máquinas de processamento de dados e leitores óticos, dentre outros) e elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os celulares, dentre outros) e automóveis foram responsáveis por 39,4% do total. Destacaram-se também plásticos (5,3%); farmacêuticos (3,5%) e ferro e aço (2,7%).

BRASIL- SÉRVIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
Exportações brasileiras	27,0	19,3	22,8	23,9	27,5	3,2	5,8
Varição em relação ao ano anterior	-5,6%	-28,6%	18,6%	4,9%	15,0%	3,2%	80,2%
Importações brasileiras	3,7	1,3	4,5	22,9	34,5	1,9	2,6
Varição em relação ao ano anterior	-28,5%	-63,6%	238,0%	404,5%	50,9%	31,2%	32,1%
Intercâmbio Comercial	30,7	20,6	27,4	46,8	62,1	5,2	8,4
Varição em relação ao ano anterior	-9,1%	-32,8%	32,9%	71,0%	32,6%	12,2%	62,1%
Saldo Comercial	23,3	17,9	18,3	1,1	-7,0	1,3	3,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

A Sérvia é o 119º parceiro comercial brasileiro. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 102%. As exportações cresceram 2%, e as importações aumentaram cerca de 838%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu de US\$ 30,7 milhões em 2008, para US\$ 62,1 milhões, em 2012. O saldo comercial foi positivo para Brasil entre os anos de 2008 a 2011. Contudo, no ano de 2012, o saldo comercial brasileiro com a Sérvia foi deficitário em cerca de US\$ 7 milhões.



BRASIL-SÉRVIA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	19,9	72,2%
Semimanufaturados	0,03	0,1%
Manufaturados	7,6	27,6%
Transações especiais	0,02	0,1%
Total	27,5	100,0%

As exportações brasileiras para a Sérvia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 72,2% do total em 2012, com destaque para carnes. Os produtos manufaturados classificaram-se em seguida, com 27,6% do total.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,1	0,2%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	34,5	99,8%
Transações especiais	---	---
Total	34,5	100,0%

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta, sendo as máquinas mecânicas o principal grupo importado no ano de 2012.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Sérvia, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	11,0	12,4	13,8	50,1%	Carnes 13,8
Fumo	6,1	6,7	5,4	19,6%	Fumo 5,4
Preps alimentícias diversas	0,2	0,2	4,0	14,6%	Preps alimentícias diversas 4,0
Calçados	2,9	1,1	1,5	5,3%	Calçados 1,5
Máquinas mecânicas	0,4	1,4	1,0	3,6%	Máquinas mecânicas 1,0
Outs prods origem animal	0,7	0,5	0,7	2,4%	Outs prods origem animal 0,7
Subtotal	21,5	22,8	27,0	98,0%	
Outros produtos	1,3	1,2	0,5	2,0%	
Total	22,8	23,9	27,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As exportações brasileiras destinadas a Sérvia apresentaram elevado grau de concentração. Em 2012, carnes (pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados) foram os principais produtos brasileiros vendidos para o país. Este grupo de produtos representou pouco mais da metade do total das vendas (50,1%). Destacaram-se também fumo (19,6%); preparações alimentícias diversas (14,6%); e calçados (5,3%).

BRASIL-SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Sérvia, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	0,6	0,7	22,8	66,2%	Máquinas mecânicas 22,8
Veículos para vias férreas	0,0	0,0	3,3	9,7%	Veículos para vias férreas 3,3
Plásticos	2,5	2,5	3,1	8,9%	Plásticos 3,1
Papel	0,0	0,5	1,8	5,1%	Papel 1,8
Máquinas elétricas	0,0	0,5	1,4	4,1%	Máquinas elétricas 1,4
Borracha	0,7	1,9	1,4	4,0%	Borracha 1,4
Subtotal	4,0	6,3	34,0	98,4%	
Outros produtos	0,5	16,6	0,6	1,6%	
Total	4,5	22,9	34,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As importações brasileiras originárias da Sérvia concentraram-se em manufaturados. Máquinas, sobretudo as mecânicas, representaram mais de 70% do total importado no ano de 2012. Destacaram-se também veículos para vias férreas (9,7%); plásticos (8,9%) e papel (5,1%).

BRASIL-SÉRVIA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

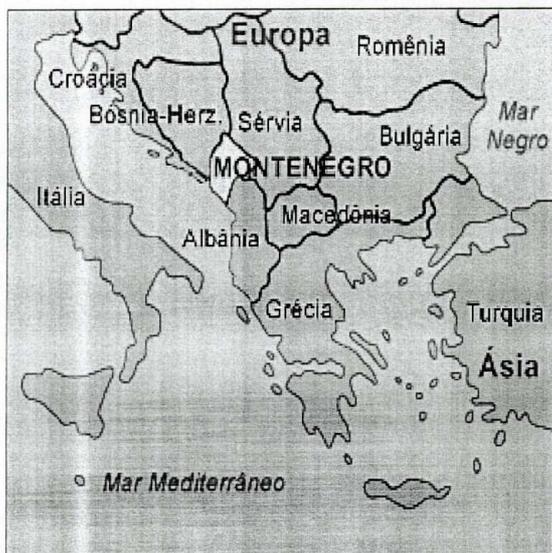
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)		2013 (jan-fev)		Exportações brasileiras para Sérvia em 2013 (jan-fev) Em US\$ milhões
	Valor	% do total	Valor	% do total	
Exportações					
Calçados	1,4	42,3%	2,3	38,9%	Calçados 2,3
Carnes	1,3	41,3%	2,0	34,1%	Carnes 2,0
Fumo	0,2	5,3%	0,6	10,0%	Fumo 0,6
Preps. Aliment diversas	0,0	0,0%	0,1	2,5%	Preps. Aliment diversas 0,1
Outs prods origem animal	0,1	2,3%	0,1	2,5%	Outs prods origem animal 0,1
Subtotal	2,9	91,2%	5,1	88,1%	
Outros produtos	0,3	8,8%	0,7	11,9%	
Total	3,2	100,0%	5,8	100,0%	
Importações					
Borracha	0,3	13,9%	1,8	69,4%	Borracha 1,8
Plásticos	0,4	21,6%	0,5	19,0%	Plásticos 0,5
Máquinas mecânicas	0,2	12,6%	0,2	7,5%	Máquinas mecânicas 0,2
Alumínio	0,2	8,2%	0,0	1,3%	Alumínio 0,0
Subtotal	1,1	56,3%	2,5	97,2%	
Outros produtos	0,8	43,7%	0,1	2,8%	
Total	1,9	100,0%	2,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONTENEGRO



OSTENSIVO
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Montenegro
CAPITAL	Podgorica
ÁREA	13.812 km ²
POPULAÇÃO	620.029 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Montenegrino
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã ortodoxa (76,2%), muçulmana (18,7%), católica (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Filip Vujanovic, desde 2003
CHEFE DO GOVERNO	Primeiro-Ministro Milo Djukanovic, desde 2012
CHANCELER	Igor Lukšić, desde 2012
PIB NOMINAL	US\$ 4,33 bilhões
PIB PPP	US\$ 7,29 bilhões
PIB per capita	US\$ 6.965
PIB per capita PPP	US\$ 11.717
VÁRIAÇÃO DO PIB	0,2% (2012); 2,45% (2011); 2,5% (2010); -5,7 (2009); 6,9% (2008)
IDH	0,791 (52º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,50 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	98,4%
ÍND. DE DESEMPREGO	11,5% (2011)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (Adotado unilateralmente. O país não é membro da Zona do Euro)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Menos de dez pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

BRASIL → MONTENEGRO	2004*	2005*	2006*	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	27,6	23,6	23,1	26,6	66,1	54,4	64,0	40,6	25,3
Exportações	27,1	23,0	22,5	26,6	66,1	54,4	64,0	40,6	25,3
Importações	0,5	0,6	0,6	0,001	0,04	0,01	0,001	0,0001	0,0001
Saldo	26,6	22,4	21,9	26,6	65,9	53,9	64,0	40,6	25,3

* As informações anteriores a 2007 são referentes ao comércio do Brasil com a antiga "Sérvia e Montenegro".

PERFIS BIOGRÁFICOS

FILIP VUJANOVIĆ
Presidente da República

Filip Vujanović nasceu em 1º de setembro de 1954, em Belgrado. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Belgrado em 1978.

Atuou como advogado entre 1978 e 1993, ano em que iniciou sua carreira política, ao entrar no Partido Democrático Socialista (DPS, sucessor do ramo montenegrino da Liga dos Comunistas da Iugoslávia), a convite do então Presidente da República Federal da Iugoslávia, o montenegrino Momir Bulatović. Logo do início de sua carreira, foi nomeado Ministro da Justiça (local) da República de Montenegro, ainda parte integrante da Iugoslávia. Ocupou o cargo até 1996, quando assumiu o Ministério do Interior (local).

Entre 1998 e 2002, atuou como Primeiro-Ministro de Montenegro. Em 11 de maio de 2003, no momento da constituição da União da Sérvia e Montenegro, foi eleito Presidente da República montenegrina. Em abril de 2008, nas primeiras eleições presidenciais de Montenegro independente, alcançou a reeleição.

MILO DJUKANOVIĆ
Primeiro-Ministro

Milo Djukanović nasceu em 15 de fevereiro de 1962, na cidade de Niksić. Graduiu-se, em 1986, em Economia e Turismo pela Universidade de Podgorica.

Em sua juventude, tornou-se membro da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, agremiação antecessora ao Partido Democrático Socialista (DPS), do qual faz parte até a atualidade.

Em 1991, aos 29 anos, foi eleito Primeiro-Ministro da República de Montenegro, à época parte integrante da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Manteve-se no cargo, por três mandatos, até 1998, quando foi eleito Presidente da República, cargo que ocupou até 2002.

Foi importante aliado de Slobodan Milošević entre 1989 (quando se tornou figura central na política montenegrina) e 1997 – momento no qual passou a defender a independência de Montenegro.

Entre 2003 e 2006, atuou novamente como Primeiro-Ministro do Montenegro. Durante seu mandato, conduziu negociações com a Sérvia para a conversão, em 2003, da República Federal da Iugoslávia em União dos Estados da Sérvia e Montenegro. Liderou também o referendo realizado a 21 de maio de 2006, ocasião na qual os montenegrinos votaram pela independência do país.

Após renunciar à Chefia de Governo em 2006, decidiu abandonar a política para dedicar-se a seus negócios pessoais. Em 2008, no entanto, foi eleito novamente Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até 2010.

Em 4 de dezembro último, foi escolhido pela sexta vez Primeiro-Ministro de Montenegro.

IGOR LUKSIĆ

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia

Igor Luksić nasceu a 14 de junho de 1976, em Bar, na então República Socialista de Montenegro, parte integrante da Iugoslávia. Em 1998, graduou-se na Faculdade de Economia da Universidade de Podgorica. No ano seguinte, cursou a Academia Diplomática de Viena e, em 2005, recebeu o título de Doutor em Economia pela Universidade de Podgorica.

Foi eleito para o Parlamento (local) de Montenegro em 2001, servindo também no Parlamento (federal) da União da Sérvia e Montenegro entre 2003 a 2006. Em 2003, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro.

Em fevereiro de 2004, foi nomeado Ministro das Finanças da República de Montenegro, cargo que ocupou até dezembro de 2008, quando o país já havia conquistado sua independência.

Entre dezembro de 2008 e 2010, atuou como Vice-Primeiro-Ministro. Em 29 de dezembro de 2010, foi eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até dezembro último, quando o Primeiro-Ministro Djukanovic nomeou-o para a chefia da diplomacia montenegrina.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada do Brasil, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

Em razão da recente independência de Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes. O arcabouço de diplomas legais entre os dois países ainda está por ser negociado.

Comércio bilateral

O comércio bilateral é pequeno. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2012, o Brasil exportou US\$ 25,35 milhões em produtos para Montenegro, muito abaixo dos US\$ 40 milhões registrados em 2011 (-37,5%), e importou apenas US\$ 133 dólares. O

Instituto de Estatísticas do Montenegro (MONSTAT) registra fluxo comercial em 2012 de €15,46 milhões (US\$ 20,57 milhões), ou seja, menos 20% do que o registrado pelo MDIC. A discrepância talvez se deva ao fato de o porto montenegrino de Bar servir como entrada de parte das importações sérvias oriundas do Brasil.

Assuntos consulares / Empréstimos e financiamentos oficiais

Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é muito pequena – estimada em menos de dez indivíduos –, não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

Não há tampouco registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Montenegro.

POLÍTICA INTERNA

De acordo com os resultados das terceiras eleições parlamentares desde a independência, realizadas em 14 de outubro de 2012, a coalizão “Montenegro Europeu”, liderada pelo Partido Democrático Socialista (DPS), cujo líder é o Primeiro-Ministro Milo Djukanović, obteve 39 deputados dos 81 que compõem o Parlamento. Ranko Krivokapić (do Partido Socialdemocrata, sócio minoritário da coalizão vencedora do pleito) foi eleito pela quarta vez Presidente do Parlamento e Djukanovic foi encarregado, pela sexta vez, de formar o novo Governo como Primeiro-Ministro. O Parlamento, unicameral, é integrado por oitenta e um deputados eleitos a cada quatro anos.

Milo Djukanovic, presidente do maior partido político do país, o Partido Democrático Socialista (DPS), é o político mais influente de Montenegro e, em 2003, conduziu as negociações com a Sérvia para a conversão da República Federal da Iugoslávia em União Estatal da Sérvia e de Montenegro. Apesar de todas as acusações de corrupção feitas contra ele até recentemente, Djukanovic ocupa pela sexta vez o cargo de Primeiro-Ministro e mantém controle inquestionável sobre a vida política montenegrina.

Nos últimos meses, as ruas de Podgorica têm sido agitadas por atos públicos contra a associação de setores do Governo ao crime organizado. A líder do movimento, Vanja Calovic, dirigente da ONG “Rede para Afirmação do Setor Não-Governamental” (MANS), anunciou recentemente a extensão dos protestos a outras cidades de Montenegro. O MANS, em articulação com a União dos Sindicatos Livres (USS) e a União dos Estudantes (SU), já organizou sete manifestações antigovernamentais contra a situação socioeconômica do país, eventuais conexões do governo com o crime organizado e a corrupção no setor público. O MANS pede sejam investigadas as atividades do Primeiro-Ministro Djukanovic e de membros de sua família e declara ter provas de que estão diretamente envolvidos em atos ilícitos que resultaram em enriquecimento pessoal.

POLÍTICA EXTERNA

O Governo de Montenegro tem como objetivos primordiais promover a integração do país à União Europeia (UE) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Relações Montenegro – UE

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol da adesão à União Europeia. Em 15 de outubro de 2007, Montenegro assinou Acordo de Estabilização e Associação com o bloco e, em 17 de dezembro de 2010, com base em parecer favorável do Conselho Europeu, foi-lhe concedido estatuto de candidato oficial à UE.

Em maio de 2012, a Comissão Europeia publicou relatório, no qual destacava os progressos realizados pelo país em matérias como a luta contra a corrupção e contra a criminalidade organizada. Em 29 de junho de 2012, as negociações para a efetiva adesão de Montenegro à UE foram iniciadas.

Nesse contexto, a Suécia, apoiada pela França e pelos Países Baixos, enfatizou que Montenegro deveria intensificar sua luta contra o crime organizado e a corrupção, além de ampliar as garantias de independência do Judiciário. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, pediu à Europol, a polícia de âmbito continental, que preparasse relatório especial sobre a situação do crime organizado em Montenegro.

As negociações de adesão, no entanto, podem durar muitos anos. Em 10 de outubro último, a Comissão Europeia divulgou relatório, no qual apela a Montenegro que envide mais esforços no combate à corrupção e à criminalidade organizada. Outro obstáculo à adesão montenegrina pode ser causado por menor ímpeto da UE em alargar suas fronteiras, sobretudo em momento de crise.

Relações Montenegro – OTAN

Após ter sido admitido, em 14 de dezembro de 2006, como membro da Parceria para a Paz, Montenegro apresentou pedido formal de adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 4 de dezembro de 2009. O país tem sido estimulado pelos membros da Organização a implantar as reformas necessárias ao cumprimento dos critérios para o ingresso. A esse respeito, a Embaixada dos Estados Unidos em Podgorica, após a cúpula da OTAN em Chicago (20 e 21 de maio de 2012), felicitou o Governo montenegrino pelo significativo progresso no caminho da adesão à organização.

Registre-se, ainda, que a adesão à OTAN é razoavelmente controversa em Montenegro. As sondagens de opinião indicam uma significativa oposição à adesão do país – decorrente, sobretudo, das campanhas da Organização contra Sérvia e Montenegro, no contexto da Guerra do Kosovo, em 1999.

Relações Montenegro – OMC

Em 29 de abril de 2012, Montenegro tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio. As autoridades montenegrinas consideraram que o ingresso na OMC, uma de suas prioridades em política externa, envia sinal positivo aos investidores estrangeiros.

Relações regionais

Para Montenegro, a cooperação regional e as boas relações com os vizinhos constituem parte essencial da estratégia de aproximação com a União Europeia. O Montenegro participa ativamente dos processos políticos coletivos do Sudeste da Europa e busca aprofundar a cooperação regional, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia e na busca de solução para os litígios de fronteira ainda existentes.

Em 2002, Montenegro reconheceu, por meio de Acordo, a soberania da Croácia sobre parte da península de Prevlaka – objeto de disputa que durava décadas e que exigira, inclusive, presença de força de paz das Nações Unidas na região.

Em outubro de 2008, o Governo de Montenegro reconheceu o Kosovo como Estado independente. Em resposta, a Sérvia expulsou o Embaixador montenegrino em Belgrado, e os partidos pró-sérvios de Montenegro, na oposição, organizaram protestos contra a decisão governamental. Os laços foram reatados em 2009 com troca de embaixadores, mas a decisão de Montenegro, em janeiro de 2010, de estabelecer relações diplomáticas com o Kosovo voltou a irritar o Governo sérvio.

Em 18 de janeiro de 2013, o Presidente da Sérvia, Tomislav Nikolić, realizou sua primeira visita oficial a Montenegro, a convite do Presidente Vujanović. Durante a estada em Podgorica, Nikolić encontrou-se também com o Presidente do Parlamento, Ranko Krivokapic, e com o Primeiro-Ministro Milo Djukanovic.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Montenegro, a menor república da antiga Iugoslávia, esteve sempre entre as menos desenvolvidas e as mais dependentes de contribuições federais, particularmente sérvias. Os setores econômicos mais importantes são o turismo e os serviços financeiros (bancos e seguros, sobretudo). Segundo dados oficiais do Instituto de Estatísticas do Montenegro (MONSTAT), em 2011 o país registrou ingresso de 1,4 milhões de turistas estrangeiros, 14% a mais do que em 2010. A atividade gerou renda de US\$ 817 milhões, 20% superior à de 2010. Por origem, os países mais representados foram Sérvia (17%), Rússia (12,4%), Bósnia e Herzegovina (10,8 %), Albânia (7,8%) e Itália (5%).

O setor industrial é constituído principalmente por empresas remanescentes da antiga Iugoslávia, como um complexo de alumínio, uma siderúrgica e uma fábrica de

eletrodomésticos, todas elas privatizadas e controladas por investidores estrangeiros. O setor primário, em que se destaca a atividade vinícola, é pouco significativo, pois as condições orográficas do país o tornam de difícil exploração. Por esse motivo, o Montenegro é altamente dependente de importações de produtos alimentícios, particularmente durante os meses estivais, quando o turismo provoca aumento do consumo. No setor imobiliário, deve notar-se que proporção significativa dos hotéis, das casas particulares e dos terrenos foi vendida a cidadãos russos entre 2002 e 2008, o que proporcionou vultoso ingresso de recursos no país durante aquele período.

O maior porto marítimo de Montenegro, modernizado no início dos anos setenta, situa-se em Bar. Apesar de contar com armazéns especializados para todo tipo de carga, as instalações estão tecnicamente obsoletas e são subutilizadas, em grande parte por causa da deficiente rede ferroviária e rodoviária entre Bar e os países vizinhos, em particular a Sérvia. O Governo montenegrino está empenhado na reestruturação do porto com vistas a privatizá-lo.

O principal desafio da atual política econômica montenegrina refere-se à necessidade de combinação de significativo crescimento econômico (o aumento do PIB em 2012 foi de apenas 0,2%) com maior estabilidade fiscal e redução do grande déficit em conta corrente. Estas tarefas são de difícil implementação, tendo em vista o contexto de crise da Zona do Euro, onde se encontram os principais parceiros comerciais e investidores em Montenegro.

A adoção, unilateral, do euro como moeda legal implica que o Banco Central de Montenegro não tem meios de influenciar a oferta de moeda no país – que é determinada pelos fluxos sobre a balança de pagamentos. Nesse contexto, a principal ferramenta de política econômica, principalmente em contextos de crise, torna-se a política fiscal.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1878	Independência montenegrina reconhecida em tratados internacionais.
1918	Depois da Primeira Guerra Mundial, Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos".
1945	Sob o comando de Josip Broz Tito, Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.
1991	Milo Djukanovic torna-se Primeiro-Ministro de Montenegro.
1992	Montenegro se junta à Sérvia na República Federal da Iugoslávia. Início das Guerras da Croácia e da Bósnia. ONU impõe sanções contra a República Federal da Iugoslávia.

1999	O Primeiro-Ministro Milo Djukanovic declara que Montenegro não apoia a Sérvia no conflito no Kosovo. Montenegro abandona o dinar e adota o marco alemão.
2002	Montenegro adota o euro, unilateralmente, como sua moeda. Líderes montenegrinos e sérvios assinam acordo, mediado pela União Europeia, para a criação de um novo Estado, intitulado “Sérvia e Montenegro”, no lugar da Iugoslávia.
2003	Filip Vujanovic é eleito Presidente.
2006	Após referendo, Montenegro declara independência. Torna-se, em seguida, o 192º membro das Nações Unidas.
2008	Milo Djukanovic retorna para um quinto termo como Primeiro-Ministro.
2008	Filip Vujanovic é reeleito Presidente da República.
2010	União Europeia reconhece Montenegro como candidato oficial à adesão ao bloco.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

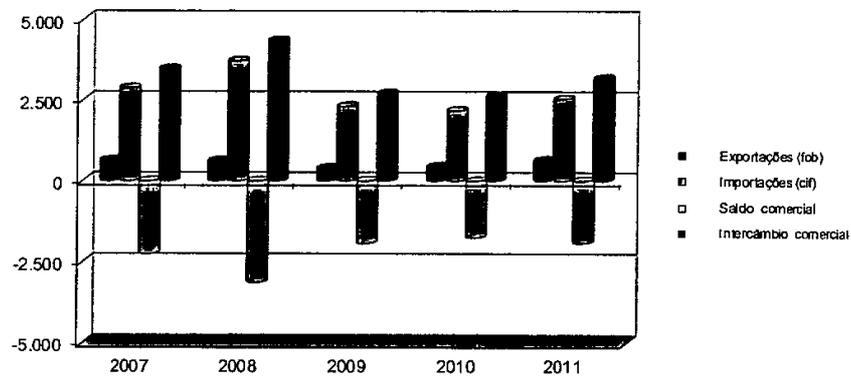
Junho/2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial
Outubro/2003	Os Primeiros-Ministros (locais) da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista (27/10/2003), onde se avistaram com o Senhor Presidente da República
Abril/2005	Reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília
14 de junho de 2006	O Brasil reconhece a independência de Montenegro.
20 de outubro de 2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas plenas
Julho/2007	É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada na Sérvia.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

MONTENEGRO: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	626	617	388	437	628
Importações (cif)	2.867	3.731	2.313	2.182	2.544
Saldo comercial	-2.241	-3.115	-1.926	-1.745	-1.917
Intercâmbio comercial	3.494	4.348	2.701	2.619	3.172

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tradeap, March 2013.

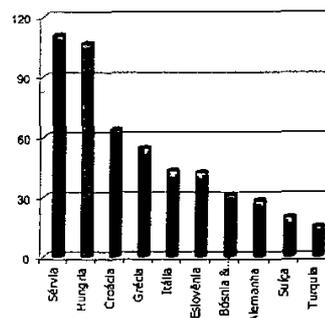


O comércio exterior de Montenegro apresentou, em 2011, desaceleração de 9,22% em relação a 2007, de US\$ 3,49 bilhões para US\$ 3,17 bilhões. Montenegro figurou como o 162º exportador mundial e o 159º importador, em 2011.

MONTENEGRO : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 ⁽¹⁾	% no total
Sérvia	110,9	17,7%
Hungria	106,8	17,0%
Croácia	63,8	10,2%
Grécia	54,6	8,7%
Itália	43,2	6,9%
Eslovênia	42,1	6,7%
Bósnia & Herzegovina	31,1	5,0%
Alemanha	28,5	4,5%
Suíça	20,3	3,2%
Turquia	15,6	2,5%
...		
Brasil	0,00	0,0%
Subtotal	517	82,4%
Outros países	111	17,6%
Total	628	100,0%



Elaborado pelo NRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/CONTRADE/Trademap, March 2013.

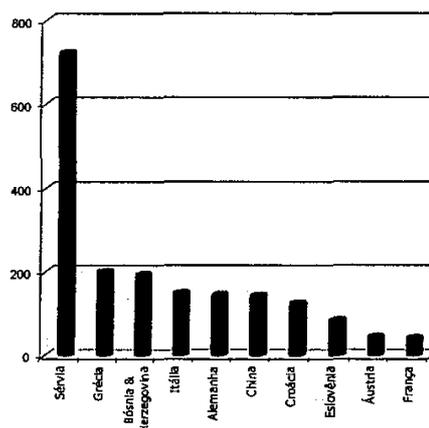
(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

As exportações do país são destinadas, em grande parte, aos países vizinhos da Europa. A Sérvia foi o principal destino das vendas montenegrinas em 2011, com 17,7% do total exportado. Seguiram-se: Hungria (17%); Croácia (10,2%) e Grécia (8,75). O Brasil posicionou-se no 65º lugar entre os principais compradores em 2011.

MONTENEGRO : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1 ⁽¹⁾	% no total
Sérvia	723,7	28,4%
Grécia	201,2	7,9%
Bósnia & Herzegovina	193,7	7,6%
Itália	149,9	5,9%
Alemanha	145,7	5,7%
China	143,8	5,7%
Croácia	125,6	4,9%
Eslovênia	85,8	3,4%
Áustria	46,4	1,8%
França	43,6	1,7%
...		
Brasil	35,06	1,4%
Subtotal	1.894	74,5%
Outros países	650	25,5%
Total	2.544	100,0%



Elaborado pelo NRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/CONTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

A exemplo das exportações, as importações montenegrinas são provenientes, sobretudo, de seus vizinhos da Europa. Em 2011, a Sérvia foi a principal fornecedora de bens ao país, abastecendo 28,4% do mercado importador. Seguiram-se: Grécia (7,9%); Bósnia & Herzegovina (7,6%) e Itália (5,9%). O Brasil obteve o 15º lugar, com participação de 1,4% do total.

MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2011⁽¹⁾ - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% do total
Alumínio	257,8	41,1%
Combustíveis	87,6	14,0%
Ferro e aço	62,6	10,0%
Bebidas	31,6	5,0%
Madeira	26,5	4,2%
Máquinas mecânicas	21,3	3,4%
Armas e munições	14,8	2,4%
Minérios	12,9	2,1%
Cobre	11,5	1,8%
Subtotal	526,5	83,9%
Outros produtos	101,1	16,1%
Total	627,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

Alumínio em formas brutas foi o principal produto da pauta de exportação montenegrina, com 41,1% do total em 2011. Em seguida, destacaram-se: energia elétrica e óleo de petróleo refinado, com 14% e Ferro e Aço, com 10%.

MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011⁽¹⁾ - US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% do total
Combustíveis	462,5	18,2%
Máquinas mecânicas	159,8	6,3%
Máquinas elétricas	140,5	5,5%
Automóveis	136,2	5,4%
Químicos inorgânicos	90,1	3,5%
Carnes	79,7	3,1%
Farmacêuticos	75,5	3,0%
Bebidas	71,4	2,8%
Obras de ferro ou aço	71,0	2,8%
Móveis	70,5	2,8%
Subtotal	1.357,2	53,3%
Outros produtos	1.186,9	46,7%
Total	2.544,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 11/03/2013.

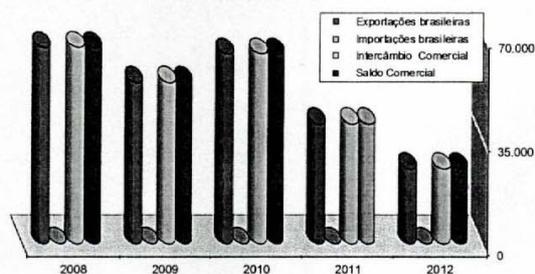
Os combustíveis se destacam na pauta de importações de Montenegro. Em 2011, energia elétrica e óleos de petróleo refinados, coque de petróleo, betume de petróleo e outros resíduos dos óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos representaram 18,2% do total das compras montenegrinas. Em seguida, destacaram-se: máquinas - mecânicas e elétricas (11,8% do total); automóveis (5,4%) e produtos químicos inorgânicos (3,5%).

BRASIL-MONTENEGRO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
Exportações brasileiras	66.113	54.369	63.986	40.610	25.350	3.694	2.702
Varição em relação ao ano anterior	149,3%	-17,8%	17,7%	-36,5%	-37,6%	-37,6%	-26,8%
Importações brasileiras	40,7	14,2	1,4	1,0	0,1	0,0	64,9
Varição em relação ao ano anterior	(+)	-65,1%	-90,4%	-30,0%	-86,1%	n.a.	100,0%
Intercâmbio Comercial	66.153	54.383	63.987	40.611	25.350	3.694	2.767
Varição em relação ao ano anterior	149,5%	-17,8%	17,7%	-36,5%	-37,6%	-37,6%	-25,1%
Saldo Comercial	66.072	54.355	63.984	40.609	25.350	3.694	2.637

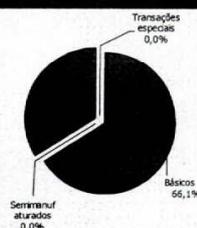
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Montenegro foi o 137º parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,01% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 61,7%, de US\$ 66,2 milhões, para US\$ 25,4 milhões, tendo as exportações sofrido decréscimo de 61,7% e as importações de 99,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, apresentou superávit de US\$ 25,3 milhões em 2012.



BRASIL-MONTENEGRO : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 2

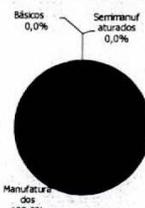
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	16.745	66,1%
Semimanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	8.605	33,9%
Transações especiais	0	0,0%
Total	25.350	100,0%



As exportações brasileiras para Montenegro são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 66,1% das vendas em 2012, com destaque para café e carne. Seguiram-se os manufaturados com 33,9%, com destaque para açúcar.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	0,1	100,0%
Transações especiais	---	---
Total	0,1	100,0%



Pelo lado das importações, os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para máquinas.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Montenegro, 2012
			Valor	% no total	
Café/chá/mate/especiarias	20.411	12.889	13.104	51,7%	Café/chá/mate/especiarias 13.104
Açúcar	4.125	24.367	7.610	30,0%	Açúcar 7.610
Carnes	6.355	3.052	3.639	14,4%	Carnes 3.639
Aviões	32.941	0	39	0,2%	Aviões 39
Subtotal	63.832	40.308	24.392	96,2%	
Outros produtos	154	303	957	3,8%	
Total	63.986	40.610	25.350	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

As exportações brasileiras destinadas a Montenegro apresentaram alto grau de concentração em produtos básicos, notadamente café não torrado, não descafeinado, em grão, cujos percentuais representaram 51,7% do total das vendas, em 2012. Seguiram-se o grupo de produtos açúcares (outros açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido) com 30% do total. Carnes bovinas e suínas congeladas e pedaços e miudezas de galos/galinhas representaram 14,4%.

BRASIL-MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias de Montenegro, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	1,03	0,59	0,13	95,5%	Máquinas mecânicas 0,13
Máquinas elétricas	0,34	0,37	0,01	4,5%	Máquinas elétricas 0,01
Subtotal	1,37	0,96	0,13	100,0%	
Outros produtos	0,00	0,00	0,00	0,0%	
Total	1,37	0,96	0,13	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

A exemplo das exportações, as importações brasileiras originárias de Montenegro apresentaram, também, elevado grau de concentração. Máquinas - mecânicas e elétricas representaram a totalidade das compras brasileiras provenientes do país no ano de 2012. Outros mancais sem rolamentos de bronze, outros bronzes e outros transistores, exceto os fototransistores foram os produtos comprados pelo Brasil em 2012.

BRASIL-MONTENEGRO : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)		Exportações bras. para Montenegro em 2013 (jan-fev)
		Valor	% no total	
Exportações				
Café/chá/especiarias	1.518	1.537	56,9%	Café/chá/especiarias 1.537
Açúcar	884	399	14,8%	Açúcar 399
Calçados	744	361	13,3%	Calçados 361
Carnes	514	325	12,0%	Carnes 325
Subtotal	3.660	2.622	97,0%	
Outros produtos	34	80	3,0%	
Total	3.694	2.702	100,0%	
Importações				
Máquinas mecânicas	0	65	100,0%	Máquinas mecânicas 65
Subtotal	0	65	100,0%	
Outros produtos	0	0	0,0%	
Total	0	65	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aceweb.

Aviso nº 546 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 24/07/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$)/2013

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 65, de 2013 (nº 306, de 29 de julho de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.*

RELATOR: Senador **EDUARDO LOPES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 15 de junho de 1949. Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, ingressou na carreira diplomática em 1984 e defendeu tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1999, intitulada “Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro”. Tornou-se Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2004, e Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2009.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Conselheiro na Embaixada de Ottawa (1997) e na Haia (2001), Representante Alterno do Brasil na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) (2001), Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Imunidades e Privilégios (2003), Embaixador em Atenas (2008-10), Embaixador em Dar-Es-Salaam (2005) e Embaixador em Bridgetown (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Chipre, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, e com o art. 386 do Regimento Interno do Senado Federal. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

O Brasil e o Chipre intensificaram suas relações bilaterais após a criação da Embaixada cipriota em Brasília em 2009 e da Embaixada brasileira em Nicósia em 2010. Destacam-se os interesses externados nas missões diplomáticas de empresas cipriotas em importar papel, café, soja, animais silvestres, lentes de contato, óleos vegetais, e o de empresas brasileiras em exportar alimentos e máquinas de fabricação de biodiesel.

A República de Chipre é composta majoritariamente por gregos ortodoxos (78%), seguidos por islâmicos (18%), que reflete a divisão do País entre cipriotas de origem grega e os de origem turca, estes com o controle do norte da ilha. Nomeadamente, entre aqueles que desejam a união com a Grécia e os que defendem a separação da ilha em dois Estados. De fato, 36% do território, no norte da ilha, pertencem aos turco-cipriotas, em decorrência dos acontecimentos posteriores à independência do Reino Unido na década de 60 e da invasão turca de 1974. Assim, a ONU, que possui missão de paz desde 1964 no Chipre (a UNFICYP), busca avançar negociações com vistas à reunificação da ilha, mas sem sucesso, pois não conseguiu equacionar temas controversos envolvidos no litígio, tais como a estrutura de federação bizonal, a restituição de imóveis abandonados em razão da violência no norte da ilha, os limites das duas unidades federativas, a cidadania e o destino do petróleo e gás natural descobertos em 2011.

A economia, tal qual a política, enfrenta momento tumultuado, já que Chipre sofreu com a crise da Grécia em razão de ter adquirido considerável

quantidade de títulos públicos deste país, além de padecer com a incapacidade de seu Banco Central em fiscalizar operações de crédito, que foram concedidas sem lastro. Somado a isso, apesar de socorro financeiro do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, tem tomado várias decisões impopulares para superar a crise, como a retenção de depósitos superiores a 100 mil euros.

Importa registrar, enfim, que o fluxo comercial entre Brasil e Chipre é modesto, sendo nossas exportações marcadas pela venda de combustíveis, calçados, café/chá/especiarias e carnes, e nossas importações focadas em máquinas elétricas e mecânicas, objetos de arte e minérios.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 65, DE 2013

(nº 306/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Os méritos do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma longa traço diagonal descendente à direita.

EM nº 00198/2013-MRE

Brasília, 7 de Junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República de Chipre.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00198 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

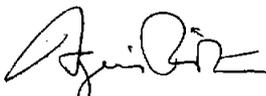
Brasília, 07 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República de Chipre.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO
 CPF.: 267.320.507-10
 ID.: 7606 MRE

1949 Filho de Appio Cláudio Muniz Acquarone e Neyde Moraes Acquarone, nasce em 15 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ
 1984 CAD – IRBR
 1999 CAE, IRBR, Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro

Cargos:

1978 Terceiro-Secretário
 1980 Segundo-Secretário
 1988 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1978 Instituto Rio Branco, assistente
 1979 Divisão de Europa II, assistente
 1980 Embaixada em Berlim, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1982 Embaixada no Cairo, Segundo-Secretário
 1985 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário
 1987 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
 1987 Departamento Consular e Jurídico, assessor
 1990 Divisão Jurídica, Chefe
 1990 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto
 1994 Departamento Consular e Jurídico, assessor
 1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 1999-2000 XXVI e XXVII Reunião do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius da FAO, Ottawa, Chefe de Delegação
 2001 Embaixada na Haia, Conselheiro
 2001 Representante alterno do Brasil na Organização para Proibição de Armas Químicas, Haia
 2003 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Coordenador-Geral
 2005 Embaixada em Dar-Es-Salaam, Embaixador
 2009 Embaixada em Bridgetown, Embaixador

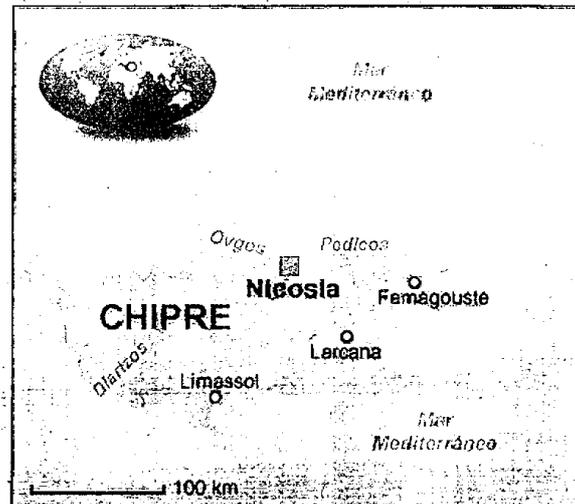
Condecorações:

1985 Ordem da República, Egito, Oficial
 1987 Ordem do Condor de los Andes, Bolívia, Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE CHIPRE



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Chipre
ADJETIVO GENTÍLICO	cipriota
CAPITAL	Nicósia
ÁREA	9.251 km ² (dos quais 3.355 km ² ocupados pela não reconhecida "República Turca de Chipre do Norte" e 254 km ² ocupados por bases militares britânicas)
POPULAÇÃO (jul/2011)	1,138 milhão
IDIOMAS OFICIAIS	Grego e turco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Gregos ortodoxos (78%), islâmicos (18%), outros 4%
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – <i>Vuli ton Antiprosópon</i> (Casa dos Representantes)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Nicos Anastasiades (desde 28/02/2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ioannis Cassulides (desde 01/03/2013)
PIB NOMINAL	US\$ 22,44 bilhões
PIB PPP	US\$ 23,56 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 25.629
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 26.908
VARIAÇÃO DO PIB	-2,3% (2012); 1,3% (2011); 0,5% (2010)
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (IDH) 2012	0,848 (30ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA	78 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (est. 2012)	8%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM NICÓSIA	Dante Coelho de Lima
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Martha Mavrommatis
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	80 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	12,9	65,0	110,5	216,6	222,7	274,3	6,1	17,5	19,7	109,0
Exportações	11,8	56,6	106,1	172,5	222,3	199,5	15,5	16,7	18,9	106,6
Importações	1,1	8,4	4,3	44,0	0,4	74,8	0,6	0,8	0,8	2,4
Saldo	10,6	48,2	101,8	128,4	221,9	124,7	14,9	15,9	18,1	104,2

PERFIS BIOGRÁFICOS

NICOS ANASTASSIADES

Presidente da República

Nicos Anastassiades nasceu em Pera Pedi, a 27 de setembro de 1946. Graduou-se em Direito pela Universidade de Atenas, em 1969, e pós-graduou-se em Direito Marítimo, em 1971, pela Universidade de Londres. No ano seguinte, fundou o escritório de advocacia "Nicos Anastassiades & Associados", ainda atuante em Nicósia e especializado em questões relativas ao transporte marítimo. É membro fundador da "União Democrática" (DISY), agremiação de centro-direita criada em 1976 e filiada ao Partido Popular Europeu. Foi eleito parlamentar em todos os seis pleitos legislativos realizados desde 1981. Desde 1997 ocupa o cargo de Presidente da DISY, cargo que já havia ocupado entre 1987 e 1990.

Foi eleito Presidente da República em 24 de fevereiro último, tendo alcançado 57,4% dos votos no segundo turno. Assumiu o cargo em 28 de fevereiro.

IOANNIS CASSULIDES

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ioannis Cassulides nasceu em Nicósia, a 10 de agosto de 1948. Graduou-se em Medicina pela Universidade de Lyon, na França, em 1974. Entre 1975 e 1981, atuou como médico e professor em Londres, cidade na qual concluiu especialização em geriatria. Entre 1981 e 1993, atuou como médico em Nicósia.

Após ocupar várias funções na União Democrática (DISY), agremiação de centro-direita presidida pelo atual Presidente Nicos Anastassiades, foi eleito, em 1991, para o Parlamento cipriota.

Durante a Administração do Presidente Glafkos Clerides, atuou como Porta-Voz do Governo (1993-1997) e como Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2003). Durante seu mandato à frente da diplomacia cipriota, seu país iniciou negociações para acessão à União Europeia, ocorrida a 1º de maio de 2004.

Em junho de 2004, foi eleito membro do Parlamento Europeu. Em 2008, concorreu à Presidência da República, tendo vencido o primeiro turno do pleito. No segundo turno, alcançou 46,63% dos votos, sendo derrotado pelo candidato comunista Demétris Christofias.

Em 2009, foi reeleito para o Parlamento Europeu. Em 1º de março último, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Presidente Anastassiades.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando a Embaixada do Brasil em Tel Aviv passou a responder, cumulativamente, pelas relações com Chipre, e a Embaixada cipriota em Lisboa passou a responder pelas relações com o Brasil.

Recentemente, e com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações (econômico-comerciais, os dois países decidiram estabelecer mutuamente Embaixadas residentes. A Embaixada da República de Chipre em Brasília foi aberta em agosto de 2009, e a Embaixada do Brasil em Nicósia foi aberta em fevereiro de 2010.

Tem sido frequente o apoio mútuo entre os dois países em candidaturas a organismos internacionais. A abertura da Embaixada também propiciou o aumento das consultas de empresas cipriotas e brasileiras a respeito de oportunidades comerciais e de investimento. A Embaixada do Brasil em Chipre recebeu manifestações de interesse em importação de produtos brasileiros por empresas cipriotas (papel, café, soja, animais silvestres, lentes de contato, óleos vegetais), e interesse de empresas brasileiras em exportar para Chipre (máquinas de fabricação de biodiesel, alimentos). Todos os interessados receberam listas de contatos comerciais para oferecimento de seus produtos e serviços. Em dezembro de 2012, foi realizado na Embaixada evento de promoção do turismo no Brasil, com participação de representantes de agências de viagem cipriotas.

O interesse pelo Brasil e sua presença no noticiário local cipriota em geral se manifestam de maneira positiva. Foram publicados artigos extensos sobre o progresso econômico do país e os grandes eventos desportivos a serem realizados nos próximos anos.

No que tange ao conflito interno que se estende há décadas na ilha (impasse entre cipriotas de origem grega e cipriotas de origem turca, apoiados respectivamente por Grécia e Turquia, sobre o controle do norte da ilha), o Brasil adota uma política de equilíbrio. Na visão brasileira, a questão cipriota deve ser tratada segundo a orientação das Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, a integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades (greco-cipriotas e turco-cipriotas).

O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).

COMÉRCIO BILATERAL

O fluxo de comércio entre Brasil e Chipre vinha apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre 2004 e 2008. A crise financeira mundial, seguida da crise do euro, que atingiu fortemente a República de Chipre, gerou diminuição geral das importações cipriotas.

Em 2004, a Petrobras começou a prover óleo combustível de baixo teor de enxofre a duas usinas termoelétricas nas cidades de Limassol e Larnaca. O contrato foi renovado para o período 2006/2007, sendo responsável pelo extraordinário aumento das exportações brasileiras observado no período. A empresa voltou a vencer licitação para fornecimento de combustível em 2012.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira em Chipre conta com cerca de 80 nacionais e é formada, principalmente, por jogadores de futebol e suas famílias.

Ademais da seção consular da Embaixada do Brasil em Nicósia, o Brasil conta com um cônsul honorário na cidade, atuante desde agosto de 2004.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil a Chipre.

POLÍTICA INTERNA

BREVE HISTÓRICO

Em virtude de sua localização geográfica — na interseção de três continentes — África, Europa e Ásia —, a 75 km da Turquia, 105 km da Síria e do Líbano, 280 km da ilha grega de Castellorizo e 350 km do Egito —, Chipre sempre foi um território importante do ponto de vista estratégico. Isso explica as inúmeras vicissitudes de sua história, marcada por alternâncias de domínios estrangeiros, desde os gregos na Antiguidade até os britânicos a partir de 1878, passando por três séculos de domínio otomano.

Em 1878, num contexto de marcado declínio do Império Otomano após duas guerras contra a Rússia, a Coroa Britânica recebeu, por tratado internacional, o domínio da ilha de Chipre.

O ressurgimento de um Estado grego no século XIX e a gradativa incorporação a seu território de regiões anteriormente sob o controle otomano — bem como a conquista da soberania por diversas colônias britânicas — criaram a expectativa de que a ilha pudesse reunir-se à Grécia. A rejeição dos britânicos

ao projeto ensejou a organização de greco-cipriotas em milícias, com vistas a defender a unificação. A comunidade turco-cipriota, remanescente dos tempos do Império Otomano, – e que somava cerca de 20% da população – era em geral contrária à incorporação à Grécia e, em muitos casos, colaborou ativamente com a administração britânica para evitar esse desfecho.

A partir de 1955, intensificam-se ações de sabotagem e operações terroristas por parte de militantes greco-cipriotas, defensores da união com a Grécia. Daí decorre o agravamento das tensões entre as duas comunidades étnicas do país, que até então conviviam em relativa harmonia. Ao longo das décadas seguintes, gregos e turcos, de início voluntariamente, passaram a autossesregar-se, concentrando em regiões distintas dos povoados espalhados pelo país. Em reação à doutrina greco-cipriota da *enosis* (união com a Grécia), os turco-cipriotas desenvolvem a idéia de *taksim* (a partição do território da ilha em dois Estados).

Constatando a inviabilidade de manter o controle de Chipre pela via militar, e temendo que o quadro de tensões evoluísse para uma guerra civil entre as duas comunidades, o Reino Unido organizou diversos encontros e conferências com representantes das comunidades cipriotas, além de autoridades da Grécia e da Turquia, com vistas a negociar condições para a independência da ilha e a manutenção de bases militares britânicas em seu território.

Dois anos após o início das tratativas, em 16 de agosto de 1960, a República de Chipre passou a existir oficialmente. A Constituição do novo país procurou, sem sucesso, instituir complexo sistema de partilha de poder entre as duas comunidades, reservando para quase a totalidade dos órgãos públicos (inclusive o Gabinete ministerial) 30% das vagas à comunidade turco-cipriota. O próprio Parlamento, composto por 80 membros, seria dividido nessas mesmas proporções, e contaria ainda com três membros observadores de origem maronita, latina (católica) e armênia.

Reino Unido, Grécia e Turquia assinaram uma série de acordos que atribuíam aos três países o direito de intervir em Chipre caso houvesse ameaças internas ou internacionais à sua “soberania, integridade territorial e independência”. O objetivo concreto desses tratados era impedir que o país se dividisse ou tivesse o território incorporado, total ou parcialmente, pela Grécia ou Turquia.

Poucos anos após a independência, a violência intercomunitária acirrou-se consideravelmente, tendo em vista as insatisfações dos dois lados com os mecanismos de partilha do poder. Em 1963, as autoridades turco-cipriotas decidem abdicar de seus cargos (entre eles o de Vice-Presidente) e a comunidade de origem turca começa a migrar, em grandes números, para o norte da ilha. A eclosão de choques em Nicósia levou à criação, em 1964, da Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNEICYP, da sigla em inglês).

A despeito de não contar com a chancela do Presidente da República, o Arcebispo Makarios III, o projeto de união com a Grécia continuava a ser acalentado por parte da comunidade greco-cipriota. A partir de 1974, a principal facção pela união com a Grécia, o EOKA-B, passou a ser controlada diretamente pela junta militar no poder em Atenas.

Em 1974, com apoio grego, golpe militar destituiu o Presidente Makarios, que fugiu de Chipre. Após a instauração do novo Governo controlado por Atenas, houve sensível incremento na violência entre as duas comunidades. A perspectiva de declaração da unificação com a Grécia, somada aos atos de violência, levou a Turquia a invocar os tratados assinados com a Grécia e o Reino Unido para invadir o país. A operação militar propiciou ao Governo turco o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital. O sucesso da invasão levou à queda do Governo provisório em Chipre e ao colapso da ditadura militar grega.

A reposta internacional foi imediata. A ONU votou resoluções deplorando a violência e instando as partes a respeitar a soberania e a integridade do território cipriota. Makarios III foi chamado a negociar os termos de um cessar-fogo. Como nenhuma solução imediata foi encontrada, em agosto de 1974 a Turquia lançou uma segunda invasão. Em apenas três dias estendeu seu controle a todo o norte da ilha (36% do território), forçando cidadãos greco-cipriotas a abandonar suas casas rumo ao sul e criando uma divisão “*de facto*” que permanece basicamente a mesma até os dias de hoje.

Em 1983, a região norte da ilha declarou-se independente, denominando-se “República Turca de Chipre do Norte” (RTCN). A RTCN é reconhecida diplomaticamente apenas pela Turquia.

Em 2002, após dois anos de negociações mediadas pela ONU, os líderes greco-cipriotas e turco-cipriotas chegaram a um acordo para a reunificação da ilha (o “Plano Annan”), que, aprovado por 64% da população do norte da ilha, foi rejeitado por três quartos da comunidade greco-cipriota.

SITUAÇÃO ATUAL

Chipre é uma República presidencialista regida, ainda hoje, pela Constituição de 1960 (que previa 30% de participação dos turco-cipriotas nos cargos públicos). O descumprimento das cláusulas de coparticipação turco-cipriota tem sido justificado, por Nicósia, com base na teoria do *estado de necessidade*.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República exerce as funções tanto de Chefe de Estado como de Chefe de Governo. O Presidente é eleito por sufrágio popular direto a cada cinco anos. Desde 1963, o posto de Vice-Presidente — constitucionalmente reservado a um turco-cipriota — permanece vago. O Conselho de Ministros (atualmente com onze integrantes) é designado

pelo Presidente. O atual Presidente é Nicos Anastasiades, eleito a 24 de fevereiro de 2013.

O Poder Legislativo é exercido por Câmara de Representantes unicameral, composta, em teoria, por 80 integrantes eleitos para mandatos de cinco anos. 56 membros são greco-cipriotas. Os restantes 24 assentos, reservados aos turco-cipriotas, permanecem vagos desde 1963. Há três membros observadores, sem direito a voto, representantes das comunidades maronita, católica e armênia.

O sistema político estrutura-se em torno a três partidos com forças equivalentes: o centrista Partido Democrata, o comunista Partido Progressista dos Trabalhadores (AKEL), do ex-Presidente Dimitris Christofias, e a agremiação conservadora União Democrática (filiada ao Partido Popular Europeu), do Presidente Nicos Anastasiades.

Desde a invasão turca de 1974, a autoridade do Governo da República de Chipre limita-se a dois terços do território do país. A porção restante, ao norte da ilha, encontra-se sob o controle *de facto* das autoridades da autoproclamada República Turca do Norte de Chipre, cuja existência, conforme já mencionado, é reconhecida apenas pela Turquia.

POLÍTICA EXTERNA

Chipre foi admitido na União Europeia (UE) em 2004. No segundo semestre de 2012, o país ocupou a Presidência de Turno do Conselho da UE. O acontecimento elevou o perfil do Estado cipriota e consolidou suas relações com a UE. A presidência, contudo, gerou obstáculos intransponíveis para avanços na “questão cipriota”, devido à manifesta recusa da Turquia e da comunidade turco-cipriota em negociar a reunificação enquanto o país ocupava a função.

QUESTÃO DE CHIPRE

Depois de mais de quatro anos de negociações entre os líderes greco-cipriota e turco-cipriota, sob a égide da ONU, com vistas à reunificação da ilha, são escassos os resultados obtidos até o momento.

As partes mantêm divergências importantes em diversas áreas, em particular governança (estrutura da federação bizonal e partilha de poder), propriedade (restituição de imóveis abandonados por pessoas que fugiram da violência política nos anos 1960), território (fronteira entre as duas unidades da futura federação) e cidadania.

Com vistas a pressionar as partes, o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) envolveu-se pessoal e intensamente nas negociações. No entanto, em abril de 2012, Ban Ki-moon demonstrou seu desapontamento com a falta de

progressos e anunciou que abandonara plano de convocar conferência multilateral sobre a reunificação da ilha.

Nesse cenário, ganham apelo algumas "medidas de construção de confiança" intercomunitárias, como a proposta de constituir Comissão da Verdade para investigar os cerca de dois mil casos de desaparecimento durante o conflito na ilha. Além disso, o Assessor Especial do SGNU para Chipre, Alexander Downer, tem buscado dialogar com as duas comunidades para identificar os contornos de uma nova proposta mutuamente aceitável. Segundo Downer, o conceito de "bizonalidade" é problemático para os turco-cipriotas, ao passo que os greco-cipriotas não aceitam uma chefia do Executivo rotativa. O possível abandono da fórmula de "federação bicomunal e bizonal com igualdade política" foi repudiado pelo partido greco-cipriota AKEL, do ex-Presidente Dimitris Christofias (2008-2013).

Na ausência de acordo político entre as partes, mantém-se, na ilha, desde 1964, a Força das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), cujo atual mandato – estendido pela Resolução 2089 (2012) até 31/7/13 – prevê a supervisão das linhas de cessar-fogo, a manutenção da zona-tampão, a prestação de assistência humanitária e o apoio aos bons ofícios do SGNU. Em dezembro de 2012, o efetivo militar da missão era de 930 membros. Força militar turca também permanece estacionada na parte norte da ilha, desde 1974.

Aos diversos aspectos tradicionais da disputa, somou-se, em 2011, diferendo importante quanto à exploração de petróleo e gás natural na ilha. Nicósia autorizou a exploração desses recursos natufais na zona econômica exclusiva cipriota por empresas norte-americanas e israelenses. Por considerar que a área está em disputa, a Turquia reagiu firmemente, embora não se tenham registrado incidentes. A despeito de acirrar as tensões, a descoberta de reservas de hidrocarbonetos abre também, no entender de Alexander Downer, Assessor do Secretário-Geral das Nações Unidas para Chipre, possibilidades no processo negociador. A mesma sugestão foi feita pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Von Rompuy, durante sua visita ao país.

Registre-se, por fim, que, durante visita a Atenas, em 11 de março último, o então Presidente recém-eleito, Nicos Anastasiades, ressaltou a necessidade de resolver a crise da dívida de seu país antes de prosseguir as negociações para a reunificação de Chipre.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

CONTEXTO ATUAL

Chipre é estruturalmente dependente de importações e não possui indústria exportadora de relevância. Essa situação leva à existência sistemática de saldo negativo no comércio exterior. Os fundamentos da economia cipriota são o tripé turismo, transportes marítimos e serviços financeiros. Enquanto as

receitas geradas pelos dois primeiros setores têm-se mantido essencialmente constantes, o setor financeiro sofreu duro golpe nos dois últimos anos.

O sistema financeiro cipriota, que absorveu ao longo dos últimos anos uma grande quantidade de títulos soberanos da Grécia, foi atingido pesadamente pela crise e pelo cancelamento (*write-off*) da dívida daquele país. A isso se somou a incapacidade do Banco Central de fiscalizar adequadamente operações de crédito – concedido pelos bancos sem avaliação de risco apropriada – além das proteções que as leis locais concedem aos tomadores, o que dificulta a liquidação das dívidas, gerando o quadro atual de prejuízos elevados nos balanços das instituições financeiras.

Diante desse quadro, o país assinou com a troica (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), a 15 de março último, acordo para empréstimo de 10 bilhões de euros para manutenção da liquidez de parte do sistema financeiro e cobertura do déficit fiscal do país. Além do valor a ser emprestado pela troica, o Governo cipriota deverá arrecadar valor da ordem de 8 bilhões de euros. Com vistas a cumprir o acordado, o Governo comprometeu-se a reduzir gastos públicos e aumentar a receita tributária do país, por meio da privatização de empresas e redução do número de servidores públicos. De modo a acelerar a reestruturação das contas do país, o Governo adotou medida polêmica que prevê a retenção de todos os depósitos superiores a 100 mil euros. Estima-se que os clientes terão acesso, em um futuro indeterminado, a cerca de 40% do que tinham antes da crise.

SETORES ECONÔMICOS

No plano produtivo e no comércio exterior, o país encontra pouca margem de manobra para atrair divisas: a economia cipriota é fortemente dependente de importações e intensamente concentrada no setor de serviços.

Embora a produção agrícola seja importante do ponto de vista social e os produtos tenham excelente qualidade, além de suprir, em função do clima, o mercado europeu com alimentos de origem subtropical e tropical, o setor encontra seus limites na pequena área agricultável do país (partes da planície central) e na escassez de água. A expansão da produção industrial, além de enfrentar a conjuntura de insuficiência de crédito, esbarra no custo da energia elétrica: Chipre tem a tarifa mais elevada da Europa por kW/hora.

O barateamento da energia e o incremento nas exportações são esperanças cipriotas, tendo em vista o início da exploração do gás natural encontrado na plataforma continental. O primeiro bloco foi concedido a consórcio norte-americano, e a disponibilidade do gás para utilização doméstica é esperada para 2017 (o início das exportações está previsto para 2019). As reservas desse primeiro bloco são estimadas em 220 bilhões de m³, o que coloca o pequeno país entre os 40 maiores detentores de reservas, muito além de sua capacidade de consumo. Por ora, a geração de energia é quase que

exclusivamente proveniente da queima de combustíveis fósseis importados. A taxa de geração de energia “limpa” é uma das mais baixas da Europa: apenas 0,7%.

O país também enfrenta o problema da perda de “capital humano”. Com um sistema educacional de primeiro nível e a mais alta taxa europeia de conclusão de curso secundário (88%), Chipre corre o risco de não contar, para a necessária recuperação econômica, com a mão de obra qualificada que produz. A taxa de emigração, já tradicionalmente alta desde os tempos dos conflitos intercomunais, tem aumentado nos últimos anos. A diáspora cipriota é numerosa em países como o Reino Unido, a Austrália e os Estados Unidos.

Quanto à pauta do comércio exterior, os principais itens de importação são petróleo e seus subprodutos, equipamentos de transporte e bens de consumo. Os principais produtos exportados são farmacêuticos, cimento, artigos de vestuário, frutas e sucos.

O setor de serviços representa 78% do PIB do país, e seus principais ramos são turismo, serviços financeiros e bancários e serviços de transporte (principalmente marítimo). A indústria responde por 19% e a agricultura por 3% do PIB.

Entre janeiro e novembro de 2012, as importações totalizaram 5,8 bilhões de euros, contra apenas 1,3 bilhões de volume exportado – resultado não muito distinto do obtido no mesmo período do ano anterior e consistente com o padrão deficitário do comércio exterior cipriota.

INVESTIMENTOS

Em decorrência da crise financeira, a agência de classificação de risco Moody's rebaixou, em janeiro último, a nota de Chipre, com perspectiva negativa. A ação conclui a revisão para um possível rebaixamento iniciada em 16 de novembro de 2012. Tais rebaixamentos são reflexos da crise financeira em Chipre. O setor bancário cipriota está muito exposto à crise da dívida grega e o país tenta buscar resgate financeiro junto ao Banco Central Europeu.

Perfil dos Investimentos

Os ingressos de investimento direto de Chipre no Brasil, em 2012, somaram cerca de US\$ 120 milhões, segundo dados do Banco Central. Chipre tem direcionado quase a totalidade de seus investimentos no Brasil para a fabricação de medicamentos. Vale ressaltar que, segundo a legislação brasileira, Chipre se enquadra na categoria de país com tributação favorecida (“paraíso fiscal”).

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos diretos brasileiros em Chipre.

	Estoque		Fluxo				
	2010	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IEDs de Chipre	n.d	4,97	45,71	70,28	41	134	120

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil

n.d.: Não disponível

OBS: O **estoque** de investimento é o investimento acumulado no país de destino desde o primeiro registro da série histórica até a última data disponível. O **fluxo** de investimento é medido em um dado intervalo de tempo.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1960	Chipre obtém independência do Reino Unido em 16 de agosto; constituição prevê partilha de poder entre gregos e turcos cipriotas
1963	Turco-cipriotas retiram-se de seus cargos e aumenta violência intercomunal
1964	Criação e início das operações da Força de Manutenção da Paz da ONU para Chipre (UNFICYP)
1974	Golpe de Estado da Guarda Nacional contra o Governo de Chipre (julho)
1974	Ofensiva militar turca assume controle do norte da ilha (julho/agosto)
1983	Proclamação da "República Turca de Chipre do Norte", reconhecida apenas pela Turquia
2002	O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, apresenta plano para reunificação do país, com federação de dois Estados e Presidência rotativa
2003	Abertura dos primeiros pontos de travessia entre o Sul e o Norte de Chipre
2004	Apenas 25% dos gregos cipriotas apoiam em referendo o "Plano Annan" (aceito por 64% dos turcos cipriotas)
2004	Chipre é admitido na União Europeia
2008	País substitui a libra cipriota pelo euro
2008	Abertura de ponto de travessia na Lidas, principal rua comercial de Nicósia
2010	Eleito novo líder da comunidade turco-cipriota, Dervis Eroglu é considerado menos flexível nas negociações para

	reunificação
2011	Atritos com a Turquia após início das prospecções de hidrocarbonetos na costa sul de Chipre
2012	Em meio a grave crise financeira, Chipre solicita empréstimo emergencial ao FMI e UE
2013	Eleição do Presidente Nicos Anastassiades. Agravamento da crise econômica após a adoção do pacote de medidas de março, que prevê a tributação de depósitos acima de 100 mil euros.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

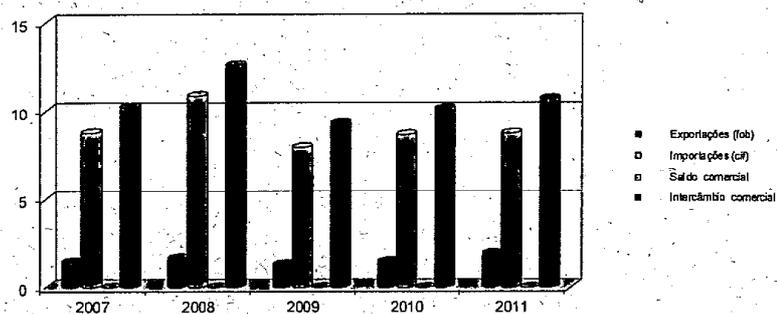
1966	Estabelecimento de Relações Diplomáticas e de Embaixadas cumulativas (a do Brasil, em Tel Aviv; a de Chipre, em Lisboa).
1972	Abertura de Consulado-Honorário do Brasil em Nicósia
2004	Petrobrás obtém contrato para fornecimento de óleo para geração de energia em Chipre; volume de comércio bilateral aumenta consideravelmente desde então.
2004	Lançamento do primeiro “mês do Brasil em Chipre”, programa cultural atualmente promovido pela Embaixada em Nicósia
2005	Visita a Chipre do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan
2006	Voo de demonstração do EMBRAER 190 em Chipre
2009	Visita ao Brasil do Chanceler de Chipre, Markos Kyprianou
2009	Abertura da Embaixada de Chipre em Brasília
2010	Abertura da Embaixada do Brasil em Nicósia

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

CHIPRE: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

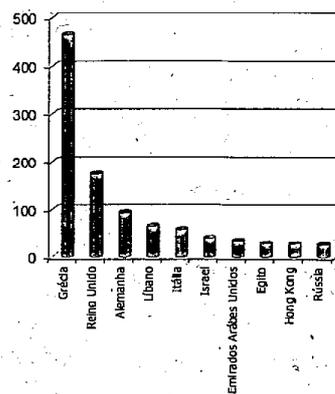
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,5	1,7	1,4	1,5	2,0	1,4	1,3
Importações (cif)	8,7	10,8	7,9	8,6	8,7	6,6	5,5
Saldo comercial	-7,3	-9,1	-6,6	-7,1	-6,8	-5,2	-4,2
Intercâmbio comercial	10,2	12,6	9,3	10,2	10,7	7,9	6,9

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2013.



CHIPRE : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Grécia	465,0	23,8%	290,4	21,9%
Reino Unido	173,9	8,9%	122,7	9,3%
Alemanha	94,0	4,8%	35,2	2,7%
Libano	66,1	3,4%	35,2	2,7%
Itália	58,5	3,0%	39,0	2,9%
Israel	40,5	2,1%	33,2	2,5%
Emirados Arábios Unidos	35,0	1,8%	22,6	1,7%
Egito	29,0	1,5%	10,9	0,8%
Hong Kong	28,4	1,4%	20,2	1,5%
Rússia	26,6	1,4%	22,8	1,7%
...				
Brasil	0,7	0,03%	0,21	0,02%
Subtotal	1.018	52,0%	632	47,7%
Outros países	939	48,0%	693	52,3%
Total	1.957	100,0%	1.325	100,0%

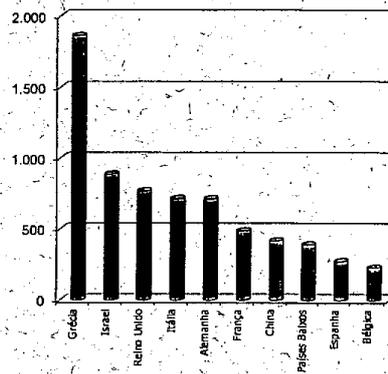


Elaborado pelo NIRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, February 2013.

As exportações do país foram destinadas em grande parte aos países desenvolvidos. Individualmente, a Grécia destacou-se como principal destino das vendas cipriotas (24%), seguida do Reino Unido (9%), Alemanha (5%), Libano (3%) e Itália (3%). O Brasil obteve o 97º lugar entre os principais compradores em 2011, com participação de 0,03%.

CHIPRE : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Grécia	1.862	21,4%	1.130	20,4%
Israel	888	10,2%	636	11,5%
Reino Unido	768	8,8%	422	7,6%
Itália	709	8,1%	457	8,3%
Alemanha	707	8,1%	390	7,1%
França	488	5,6%	327	5,9%
China	418	4,8%	261	4,7%
Países Baixos	393	4,5%	369	6,7%
Espanha	277	3,2%	207	3,8%
Bélgica	232	2,7%	140	2,5%
...				
Brasil	21	0,2%	109	2,0%
Subtotal	6.764	77,6%	4.449	80,5%
Outros países	1.954	22,4%	1.080	19,5%
Total	8.718	100,0%	5.529	100,0%

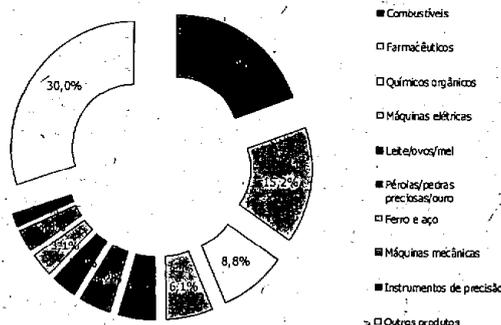


Elaborado pelo NIRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/COMTRADE - Direction of Trade Statistics, February 2013.

A exemplo das exportações, a principal origem das importações cipriotas também é a Grécia, que, em 2011, correspondeu a 21% do total importado pelo Chipre. Israel, Reino Unido, Itália e Alemanha destacaram-se em seguida com respectivamente 10%, 9%, 8% e 8%. O Brasil foi 41º fornecedor de bens ao Chipre em 2011, participando com 0,2% do total.

CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2012 (jan-set) - Em US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% do total
Combustíveis	260	19,6%
Farmacêuticos	201	15,2%
Químicos orgânicos	116	8,8%
Máquinas elétricas	81	6,1%
Leite/ovos/mel	65	4,9%
Pérolas/pedras preciosas/ouro	56	4,2%
Cobre	44	3,4%
Ferro e aço	41	3,1%
Máquinas mecânicas	39	3,0%
Instrumentos de precisão	23	1,7%
Subtotal	928	70,0%
Outros produtos	397	30,0%
Total	1.325	100,0%

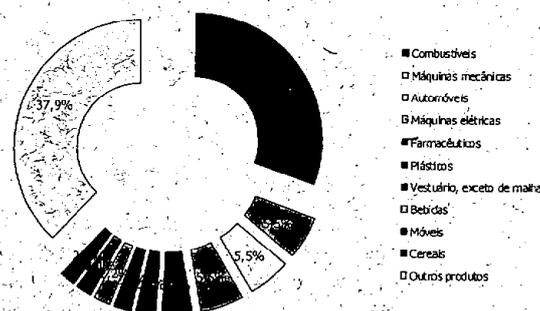


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, February 2013.

Os principais grupos de produtos exportados pelo país entre janeiro e setembro de 2012 (última posição disponível em 27/02/2013) foram: combustíveis (óleos brutos de petróleo) representando 19,6% do total. Seguiram-se produtos farmacêuticos (medicamentos terapêuticos ouroprofiláticos, sangue humano, etc), com 15,2%, químicos orgânicos (8,8%), e máquinas elétricas (6,1%).

CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2012 (jan-set) - Em US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% do total
Combustíveis	1.697	30,7%
Máquinas mecânicas	303	5,5%
Automóveis	303	5,5%
Máquinas elétricas	302	5,5%
Farmacêuticos	216	3,9%
Plásticos	139	2,5%
Vestuário, exceto de malha	125	2,3%
Bebidas	120	2,2%
Móveis	114	2,1%
Cereais	113	2,0%
Subtotal	3.433	62,1%
Outros produtos	2.096	37,9%
Total	5.529	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, February 2013.

Os principais produtos importados pelo Chipre entre janeiro e setembro de 2012 (última posição disponível em 27/02/2013) foram combustíveis - óleos brutos de petróleo (30,7%); máquinas mecânicas (5,5%); e automóveis (5,5%).

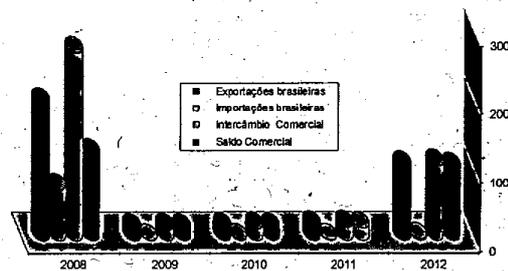
BRASIL-CHIPRE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan)	2013 (jan)
Exportações brasileiras	199,5	15,5	16,7	18,9	106,6	3,4	1,4
Varição em relação ao ano anterior	-10,2%	-92,2%	7,6%	13,0%	465,2%	326,9%	-58,1%
Importações brasileiras	74,8	0,6	0,8	0,8	2,4	0,2	0,2
Varição em relação ao ano anterior	(+)	-99,2%	37,9%	1,8%	198,4%	305,3%	44,8%
Intercâmbio Comercial	274,4	16,1	17,5	19,7	108,9	3,6	1,7
Varição em relação ao ano anterior	23,2%	-94,1%	8,7%	12,5%	454,4%	326,0%	-53,7%
Saldo Comercial	124,7	14,9	15,9	18,1	104,2	3,3	1,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akceweb.

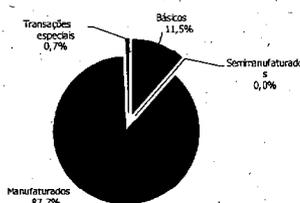
(+) Variação igual ou superior a 1.000%.

O Chipre foi o 104º parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,02%. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país reduziu-se em 60,3%, de US\$ 274,4 milhões, para US\$ 108,9 milhões, havendo um declínio de 46,6% nas exportações e 96,8% nas importações. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, apresentou superávit de US\$ 104,2 milhões em 2012.



BRASIL-CHIPRE : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 2

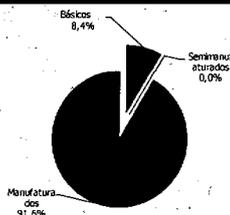
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	12,3	11,5%
Seminanufacturados	0,0	0,0%
Manufaturados	93,4	87,7%
Transações especiais	0,8	0,7%
Total	106,6	100,0%



As exportações brasileiras para o Chipre são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 87,7% das vendas em 2012, com destaque para "fuel-oil". Em seguida posicionaram-se os básicos com 11,5%.

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0,2	8,4%
Seminanufacturados	0,0	0,0%
Manufaturados	2,2	91,6%
Transações especiais
Total	2,4	100,0%



Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 91,6% do total em 2012, com destaque para máquinas, seguido dos básicos, com 8,4%, com destaque para minérios.

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para o Chipre, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,0	0,0	87,9	82,5%	Combustíveis 87,9
Resíduos inds alimentares	0,0	3,1	5,9	5,5%	Resíduos inds alimentares 5,9
Café/chá/especiarias	3,1	5,8	4,0	3,8%	Café/chá/especiarias 4,0
Carnes	2,5	3,5	2,5	2,3%	Carnes 2,5
Preparações hortícolas	2,7	1,4	2,3	2,1%	Preparações hortícolas 2,3
Subtotal	8,2	13,8	102,6	96,2%	
Outros produtos	8,5	5,1	4,0	3,8%	
Total	16,7	18,9	106,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlteWeb.

"Fuel-oil" foi o principal produto brasileiro vendido para o Chipre em 2012, representando 82,5% da pauta. Seguiram-se resíduos das indústrias alimentares, principalmente bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja, com 5,5% e café/chá/mate/especiarias, principalmente café não torrado, não descafeinado, em grão com 3,8%.

BRASIL-CHIPRE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Chipre, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	4	7	765	32,2%	Máquinas elétricas 765
Objetos de arte	0	0	623	26,2%	Objetos de arte 623
Máquinas mecânicas	409	370	333	14,0%	Máquinas mecânicas 333
Minérios	0	76	199	8,4%	Minérios 199
Instrumentos de precisão	44	15	142	6,0%	Instrumentos de precisão 142
Químicos orgânicos	38	51	111	4,7%	Químicos orgânicos 111
Automóveis	0	15	86	3,6%	Automóveis 86
Obras de pedra, gesso	105	149	49	2,1%	Obras de pedra, gesso 49
Subtotal	600	682	2.308	97,2%	
Outros produtos	181	113	67	2,8%	
Total	781	796	2.374	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPH/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.

As importações brasileiras originárias do Chipre apresentaram alto grau de concentração. Máquinas elétricas, especialmente aparelhos transmissores/receptores de telefone celular, com 32,2%. Objetos de arte (produções originais de arte estatutuária ou de escultura e quadros, pinturas e desenhos, feitos à mão) com 26,2%, posicionaram-se em segundo lugar em importados do Chipre. Seguiram-se máquinas mecânicas (extintores, mesmo carregados, partes de outros aparelhos mecânicos para projetar, etc) com 14% e minérios (outros minérios de titânio e seus concentrados) com 8,4%.

BRASIL-CHIPRE : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan)	2013 (jan)		Exportações brasileiras para o Chipre em 2013 (jan)
		Valor	% no total	
Exportações				
Calçados	115	472	32,9%	Calçados 472
Café/chá/especiarias	130	316	22,0%	Café/chá/especiarias 316
Preparações hortícolas	264	309	21,5%	Preparações hortícolas 309
Carnes	225	100	7,0%	Carnes 100
Madeira	42	73	5,1%	Madeira 73
Preparações de carne	0	36	2,5%	Preparações de carne 36
Subtotal	776	1.306	91,0%	
Outros produtos	2.649	129	9,0%	
Total	3.425	1.435	100,0%	

Importações brasileiras originárias do Chipre em 2013 (jan)

Importações				
Minérios	0,0	186,9	83,7%	Minérios 186,9
Químicos inorgânicos	0,0	20,8	9,3%	Químicos inorgânicos 20,8
Borracha	0,0	0,9	0,4%	Borracha 0,9
Subtotal	0,0	208,6	93,4%	
Outros produtos	154,3	14,9	6,6%	
Total	154,3	223,5	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPH/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aicweb.

Aviso nº 547 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 24/07/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 1(\$)*/2013

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 76, de 2013 (Mensagem nº 338, de 14/8/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata em questão e resumo sobre os países para os quais está indicado, dos quais se extraem as informações que subsidiam esse Relatório.

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 14 de fevereiro de 1949, filho de Antonio do Nascimento Pedro e de Araci Ribeiro Pedro, o Sr. **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO** graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973 e iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no Ministério das Relações Exteriores em 1977, após ter concluído, no ano anterior, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Em 1997 defendeu e teve aprovada no Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto a tese denominada “*Peru-Ecuador: Futuro de Paz/Perspectiva de Conflito*”.

Ascendeu a Conselheiro em 1995; a Ministro de Segunda Classe em 2001; em 2009, entrou no Quadro Especial; e em 2013 passou a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial.

Na Chancelaria ocupou, entre outros, os cargos de Chefe, substituto, da Divisão Jurídica, em 1989; Chefe, substituto, da Divisão da América Meridional II, em 1990; e Chefe da Divisão de Direitos Humanos, em 2000.

No Exterior, desempenhou, entre outras, as funções de Conselheiro em Lima, em 1993; Ministro-Conselheiro em Genebra, em 2003; e Embaixador em Cartum, de 2009 até o presente.

Desempenhou também numerosas e importantes funções em missões temporárias de representação do Governo brasileiro, integrando e chefiando delegações. Entre essas, notadamente aquelas que participaram de negociações para a elaboração de protocolos sobre combate à tortura, direitos humanos e sobre os regimes ambientais internacionais.

Quanto ao Kuaite e ao Bareine, importa registrar nesse relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

O Estado do Kuaite ocupa superfície de 17,8 mil km² e possui população de 3,25 milhões de habitantes. Sua capital é a Cidade do Kuaite. Seu sistema de governo é de monarquia constitucional.

O produto interno bruto (PIB) calculado pelo poder de compra (PIB-PPP), foi de US\$ 165,9 bilhões em 2012, o que lhe propicia PIB-PPP per capita de US\$ 43,420. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) foi de 0,790 em 2012, o que o coloca na 53ª posição entre 185 países (para efeitos de comparação, o Brasil ficou na 84ª, com 0,730).

Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil no Kuaite, funcionando cumulativamente com sede no Egito. Em 1975, o Brasil inaugurou sua Missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuaitianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

A crise do petróleo de 1973, que comprometeu o modelo de forte crescimento econômico do regime militar brasileiro, compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores da commodity, inclusive o Kuaite. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e o intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

A invasão do Kuaite pelo Iraque em 1990 e a subsequente Guerra do Golfo alteraram profundamente o panorama das relações do Brasil com o pequeno emirado. Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuaitianas junto ao Brasil solicitando nosso apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

Do ponto de vista comercial, a partir de 1995 inicia-se processo de retomada das importações brasileiras de petróleo do Kuaite, o que levou a déficits substanciais para o Brasil nas trocas bilaterais, que chegaram a alcançar US\$ 1 bilhão. Porém, no final da década de 1990, em razão da priorização da política brasileira de integração sul-americana, parte das compras de petróleo originárias dos países do Golfo passou a ser substituída por aquisições oriundas da Argentina e da Venezuela.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 houve aumento da importância do Kuaite como fonte alternativa para captação de investimentos externos, em vista do movimento de realocação das inversões kuaitianas que estiveram concentradas nos mercados dos Estados Unidos e da Europa

Ocidental, face ao crescente sentimento anti-islâmico no eixo norte-atlântico e à baixa rentabilidade oferecida pelos mercados financeiros tradicionais.

O intercâmbio comercial bilateral ficou em 1,273 bilhão de dólares em 2012, com déficit de 647 milhões de dólares para o Brasil.

O Embaixador chefiará também, cumulativamente, a missão no Reino no Bareine. Trata-se de uma pequena ilha no Golfo Pérsico, com 678 km² de superfície e população de 1,3 milhão de habitantes. Sua capital é Manama e seu regime político é monárquico. Seu PIB-PPP em 2011 foi de US\$ 25,8 bilhões, propiciando PIB-PPP per capita de US\$ 19,8 mil.

Brasil e Bareine estabeleceram relações diplomáticas em 1980. Até 1985, a Embaixada em Riade (Arábia Saudita) representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama, ano em que a representação passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuaito. O Bareine até hoje não acreditou Embaixador residente junto ao Governo brasileiro. Sua Embaixada em Washington representa os interesses do Bareine no Brasil.

Tradicionalmente, as relações bilaterais sempre se concentraram na área financeira. Os bancos do Bareine – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. As relações financeiras eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama entre 1976 e 1995.

O tamanho reduzido do Reino do Bareine e sua posição central no Golfo, situado entre países de grande porte, fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. O país, a quem os Estados Unidos dedicam tratamento semelhante ao conferido aos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), é sede da 5ª Frota Americana, a maior base naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.

A possibilidade de conflito armado entre Irã e Estados Unidos pode aguçar as fortes tensões políticas e religiosas existentes no Bareine, já que a maioria xiita da população árabe do Bareine segue a liderança religiosa dos aiatolás iranianos, que inclusive foram acusados pelo regime de Bareine de estar por trás dos protestos relacionados à “Primavera Árabe” naquela ilha.

A corrente de comércio entre Brasil e Bareine alcançou US\$ 446 milhões em 2012. Seguindo a tendência histórica das relações comerciais

bilaterais, o Brasil apresentou grande superávit (US\$ 381 milhões) nesse intercâmbio.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado em 2012 foram minérios de ferro (74% do total), alumina calcinada (6%) e frango congelado (4%). O Brasil, quando importa do Bareine, adquire produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

Apesar da inexistência de representação diplomática brasileira em Manama, nesta cidade residem aproximadamente 200 cidadãos brasileiros, a maior parte deles executivos do setor financeiro, comerciantes e suas famílias.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 76, DE 2013 (Nº 338/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Os méritos do Senhor Antonio Carlos do Nascimento Pedro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the President of the Senate at the time.

EM nº 00234/2013-MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

2. Encaminho, igualmente, anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00234 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto ao Estado do Kuaité e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO

CPF.: 182.514.397-87

ID.: 6555 MRE

1949 Filho de Antonio do Nascimento Pedro e Araci Ribeiro Pedro, nasce em 14 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1976 CPCD - IRBr
 1981 CAD - IRBr
 1997 CAE - IRBr, Peru - Equador: Futuro de Paz/Perspectiva de Conflito

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário
 1980 Segundo-Secretário
 1986 Primeiro Secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial
 2013 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1977 Divisão Consular, assistente
 1978 Departamento Consular e Jurídico, assistente
 1980 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
 1981 Embaixada em Buenos Aires, Segundo-Secretário
 1984 Embaixada em Pequim, Segundo-Secretário
 1986 Embaixada em Havana, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1989 Divisão Jurídica, Chefe, substituto
 1990 Divisão da América Meridional-II, assessor e Chefe, substituto
 1993 Embaixada em Lima, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 1997 GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação (sessões de 1997 a 2000)
 1997 Missão Permanente em Genebra, Conselheiro
 1998 GT sobre o fortalecimento da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação (sessões de 1998 e 1999)
 1998 GT para a elaboração do Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, Genebra, Chefe de delegação (sessões de 1998 a 2000)
 1998 GT encarregado da Elaboração de Projeto de Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, Chefe de delegação (sessões 1998 e 1999)
 1998 GT para a elaboração de Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos da Criança sobre envolvimento de crianças em conflitos armados, Genebra, Chefe de delegação (1998 a 1999)
 1998 GT para a Elaboração de Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Genebra, Chefe de delegação(1998 a 2004)
 1998 GT para a elaboração de Protocolo Opcional à Convenção de Direitos da Criança sobre venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, Genebra, Chefe de delegação(1998 e 1999)
 2000 Divisão de Direitos Humanos, Chefe

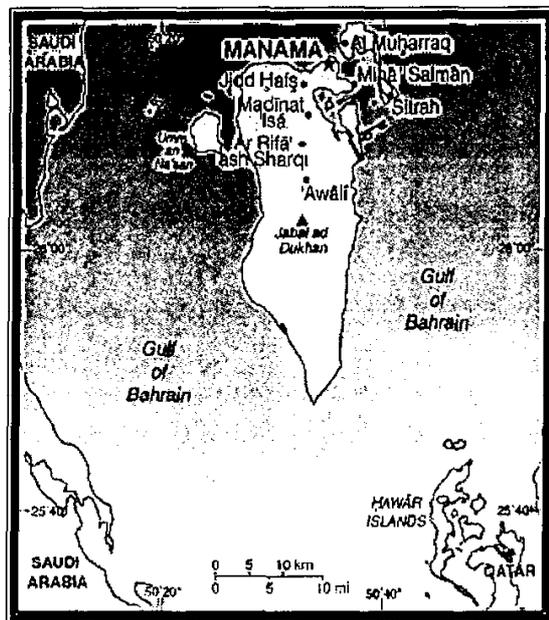
- 2003 Apresentação do Relatório Inicial do Brasil ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
- 2004 55ª Sessão do Comitê Executivo do ACNUR, Genebra, Chefe de delegação
- 2005 Reunião sobre a reforma do sistema de direitos humanos das Nações Unidas, Puebla, México, Chefe de delegação
- 2005 Reunião Final do GT da Comissão de Direitos Humanos para a Elaboração de Convenção Internacional sobre Desaparecimentos Forçados, Genebra, Chefe de delegação
- 2006 2ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo - ``Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants``, Genebra, Chefe de delegação
- 2006 3ª Conferência das Partes da Convenção de Roterdã - ``Rotterdam Convention on the Prior Informed Consnet Procedure for Certain Hazardous Chemicals and Pesticides in International Trade``, Genebra, Chefe de delegação
- 2007 Coordenador-Geral de Mecanismos Financeiros Inovadores para a Erradicação da Fome e da Pobreza
- 2007 VI Reunião do Conselho Executivo do UNITAID, Genebra, Chefe de delegação
- 2008 IV Reunião do Grupo Piloto sobre Contribuição Solidária para o Desenvolvimento, Dacar, Chefe de delegação
- 2008 VII Reunião do Conselho Executivo da UNITAID, Brasília, Chefe de delegação
- 2008 I Reunião de Pontos Focais da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Luanda, Chefe de delegação
- 2008 Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Taxação Solidária para o Desenvolvimento, Dacar, Chefe de delegação
- 2008 Reunião do Grupo Técnico sobre Taxação Solidária, Madri, Chefe de delegação
- 2008 IX Reunião do Conselho Executivo do UNITAID, Genebra, Chefe de delegação
- 2008 OCDE - Delegação Observadora ao ``Annual Senior Level Meeting``; ao ``Policy Workshop on Delivering Aid Effectiveness``; e ao ``Policy Dialogue on Delivering Effective Development Finance Challenges`` - Chefe de Delegação
- 2009 Embaixada em Cartum, Embaixador
- Condecorações:**
- 1996 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO BAREINE



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino do Bareine
CAPITAL:	Manama
ÁREA	678 km ²
POPULAÇÃO:	1,3 milhão de habitantes (2011)
IDIOMA OFICIAL:	árabe
RELIGIÃO:	islamismo (Xiitas 70%, Sunitas 30%.)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia
CHEFE DE ESTADO	Rei Hamad al Khalifa
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Khalifa al Khalifa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeque Khalid al Khalifa
PIB (2011)	USD 31,8 (nominal)
PIB PPP (2011):	US\$ 25,8 bilhões
PIB PER CAPITA (2011)	US\$ 24.512 (nominal)
PIB PPP PER CAPITA (2011):	US\$ 19.865(PPP)
VARIAÇÃO DO PIB :	+ 2.2%(2011); + 3,1%(2012-estimativa)
IDH:	0.796 (48°)
EXPECTATIVA DE VIDA:	75,2
ALFABETIZAÇÃO:	91,9%
DESEMPREGO:	15% (2005)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar do Bareine (BD) – Cotação : R\$1,00=BD\$0,18 (27/08/2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA	30 cidadãos (aprox.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BAREINE (USD milhões)

BRASIL ⇒ BAREINE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (Jan-Mai)
Intercâmbio	115	435	250	609	706	446	123,0
Exportações	113	405	249	609	691	414	102,4
Importações	1,8	29,9	1,4	42	15	32,3	20,5
Saldo	112	375	247	567	676	381	81,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

CHEFE DE ESTADO SUA MAJESTADE O REI XEQUE HAMAD BIN ISA AL-KHALIFA

Nasceu em 28 de janeiro de 1950 na cidade de Riffa. Realizou seus estudos secundários e cursou a escola de cadetes na Inglaterra, com períodos curtos de retorno ao país.

Subiu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xequê Isa bin Salman al-Khalifa. Sua família tem governado o Reino do Bareine desde 1799. Foi Ministro da Defesa em 1971, posto que manteve até 1999. Em 1972, frequentou o curso de Comando do Exército dos EUA, em Fort Leavenworth, e a Universidade do Kansas. Obteve diploma em Administração Militar, em 1972, pelo Instituto das Forças Armadas, em Washington. Após seu retorno ao Bareine, empenhou-se decisivamente no processo de desenvolvimento do país e no desenvolvimento da Força de Defesa do Bareine (BDF).

CHEFE DE GOVERNO PRIMEIRO-MINISTRO SUA ALTEZA O XEQUE KHALIFA BIN SALMAN AL-KHALIFA

Nasceu em 24 de novembro de 1935. Tio do Rei Hamad, Xequê Khalifa, é uma figura extremamente influente, responsável por grande parte do cotidiano do país. É também o principal homem de negócios do Bareine.

Está no cargo desde 1971, sendo, atualmente, o Primeiro-Ministro há mais tempo na titularidade dessa posição em todo o planeta. É considerado o homem-forte do regime, representando o núcleo duro contra o processo de reformas liberalizantes no Reino.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS SUA EXCELÊNCIA O XEQUE KHALID BIN AHMED AL KHALIFA

Nasceu no dia 24 de Abril de 1960. Cursou seus estudos secundários no Islamic Scientific College, em Amã, Jordânia. É formado em História e Ciências Sociais pela Universidade St. Edward, Texas, em 1984. Durante seus estudos, participou como voluntário em muitas campanhas eleitorais nos EUA, incluindo a do Presidente Jimmy Carter, em 1980.

Foi Terceiro-secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Bareine, em 1985. Foi designado para a Embaixada do Bareine em Washington entre 1985 e 1994, sendo encarregado de cobrir assuntos políticos, questões do Congresso e a imprensa norte-americana. Nomeado oficial de ligação no gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, responsável pela delimitação marítima e disputa territorial entre o Bareine e o Catar, além de outros encargos, de junho de 1995 a agosto de 2000. Foi, ainda, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino do Bareine junto ao Reino Unido, em 2001; à Holanda, em março de 2002; à República da Irlanda e Reino da Noruega, em maio de 2002; e ao Reino da Suécia, em 2003. Em setembro de 2005, assumiu a pasta de Negócios Estrangeiros em setembro de 2005.

O Xeque Khalid Al Khalifa e o Ministro Antonio Patriota mantiveram encontro de trabalho, no dia 31 de maio de 2011, em Washington, em reunião à margem do II Diálogo de Parceria Global Brasil – Estados Unidos. Entre os assuntos discutidos, estavam a proposta de estabelecer Embaixada do Bareine em Brasília; as relações comerciais bilaterais; o pleito brasileiro à condição de observador junto à Organização da Cooperação Islâmica, que o Bareine se comprometeu a apoiar; e a possibilidade de cooperação triangular para produção agrícola no leste da África.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bareine estabeleceram relações diplomáticas em 1980. A Embaixada em Riade representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama até 1985, ano em que a representação junto ao Estado do Bareine passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuaite. O Bareine, não acreditou, até o momento, Embaixador residente junto ao Governo brasileiro. A Embaixadora do Bareine em Washington, Houda Ezra Nonoo, representa os interesses do seu país no Brasil.

Tradicionalmente, as relações bilaterais sempre se concentraram na área financeira. Os bancos do Bareine – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil, nas décadas de 80 e 90. As relações financeiras entre os dois países eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama, entre 07/10/1976 e 31/12/1995. Com o tempo, os vínculos financeiros entre os dois países foram perdendo a relevância, embora esteja em operação no Brasil sucursal da Arab Banking Corporation do Bareine, que atende pelo nome de Banco ABC.

Apesar disso, nos termos de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal, o Bareine é considerado como país que não tributa a renda

ou a tributa à alíquota inferior a 20% ou cuja legislação interna opõe sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas (equivalente a paraíso fiscal).

Não há registro de visitas ministeriais desde 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, fez breve visita ao Bareine, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio. Em maio de 2005, o Chanceler do Bareine participou da Cúpula América do Sul - Países Árabes em Brasília.

A corrente de comércio entre Brasil e Bareine alcançou US\$ 446 milhões em 2012. Seguindo a tendência histórica das relações comerciais bilaterais, o Brasil apresentou grande superávit (US\$ 381 milhões) em suas trocas com o arquipélago, em 2012.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado em 2012 foram minérios de ferro (74% do total), alumina calcinada (6%) e frango congelado (4%). O Brasil, quando importa do Bareine, adquire quase que produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

Apesar da inexistência de representação diplomática brasileira em Manama, nesta cidade residem, aproximadamente, duzentos cidadãos brasileiros, a maior parte deles executivos do setor financeiro, comerciantes e suas famílias. No Brasil, residem em caráter permanente dois cidadãos bareinitas e, em caráter temporário, três, segundo informações da Polícia Federal em 25/08/2010.

Não obstante a inexistência de representação diplomática residente em Brasília, Manama tem dado sinais de acompanhar, muito atentamente, as ações da diplomacia brasileira no Oriente Médio, em especial às relacionadas à "Primavera Árabe" no arquipélago. Em diversas oportunidades, autoridades bareinitas fizeram gestões junto a diplomatas brasileiros em Nova York, Genebra e capitais de países árabes no sentido de que o Brasil devesse, em seus pronunciamentos oficiais, ser mais compreensivo com as razões da ação do Governo bareinita na contenção dos protestos em Manama e de que buscasse diferenciá-la do tratamento atribuído a outros casos de Governos tidos como autoritários no contexto da "Primavera Árabe", contra os quais a comunidade internacional foi muito mais vocal em condenar o uso da violência contra civis.

Da mesma forma, setores da mídia internacional buscaram explorar o fato de que cartuchos de gás lacrimogêneo de fabricação brasileira tenham sido empregados pelas forças de segurança do Bareine na contenção às manifestações no país como prova do apoio brasileiro a regimes autoritários no Oriente Médio. Quando da veiculação de tais notícias, no entanto, ficou

comprovado que o Brasil não autorizara, anteriormente, a exportação desse material para o Governo do arquipélago.

Entre os dias 24 e 27 de junho, visitou Brasília o Representante Permanente do Bareine nas Nações Unidas, Embaixador Jamal Alrowaiei, a fim de comunicar oficialmente a intenção de seu Governo de estabelecer Embaixada em Brasília e conhecer as medidas preparatórias necessárias. O Embaixador Jamal manteve reuniões com representantes do Cerimonial, com o Senhor SGAP III e com o decano dos Embaixadores Árabes na capital.

POLÍTICA EXTERNA

O tamanho reduzido do Reino do Bareine e sua posição central no Golfo, situado entre países de grande porte, fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. O país, a quem os EUA atribuem um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN, é sede da 5ª Frota Americana, a maior base naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, utilizada pelos aviões ocidentais durante a Guerra do Golfo.

A possibilidade de conflito armado envolvendo o Irã e os Estados Unidos pode aguçar as fortes tensões políticas e religiosas existentes no Bareine, visto que a maioria xiita da população árabe do Bareine segue a liderança religiosa dos aiatolás iranianos. De acordo com o Chefe da Segurança Nacional do Reino do Bareine, Major-General Abdul al Zayani, a 5ª Frota da Marinha dos Estados Unidos da América, atualmente instalada no Reino, constitui "high-profile target", pois a presença norte-americana no arquipélago é inspiração para constantes manifestações de militantes xiitas. Em caso de conflagração com o Irã, analistas norte-americanos acreditam que o Bareine seria um dos primeiros alvos de retaliação persa.

A ocorrência de protestos relacionados à "Primavera Árabe" no Bareine levou a acirramento nas relações com o regime islamista de Teerã. O discurso oficial da Casa dos al-Khálifa atribui exclusivamente a complô iraniano a onda de manifestações em prol de maiores liberdades políticas e de distribuição mais equilibrada da renda no país, fortemente desfavorável ao segmento xiita da população.

Primavera Árabe no Bareine

Em clara conexão aos protestos que se iniciaram na Tunísia, em dezembro de 2010, e que se alastraram por outros países do Oriente Médio e Norte da África, ativistas bareinitas convocaram a população do arquipélago árabe a se manifestar, no dia 14/02/2011, contra o sistema político do Reino.

Inicialmente, as demandas dos ativistas incluíam, entre outros pontos, a libertação de todos os presos políticos; a reforma do Poder Judiciário; a revogação da Constituição de 2002 e sua substituição por outra, a ser elaborada por xiitas e sunitas; o banimento do álcool e da prostituição; o fim de abusos aos direitos humanos; maior representatividade para o segmento xiita da população nos círculos de poder do país; a renúncia do Primeiro-Ministro, xeque Khalifa Bin Khalifa, no poder desde 1971; a transformação do cargo de primeiro-ministro em eletivo. Asseveravam, igualmente, que tais solicitações seriam de todos os cidadãos bareinitas, e não apenas da comunidade xiita (“no Shiites, no Sunnis, only Bahrainis”).

As manifestações pacíficas dos dias 14, 15 e 22 de fevereiro do ano passado foram reprimidas pelas forças policiais, em especial nas vilas predominantemente xiitas ao redor de Manama.

Em medida destinada a aplacar os ânimos da população e as demandas da oposição, o Rei Hamad promoveu, no dia 26 de fevereiro de 2011, iniciativa de diálogo com a oposição, interrompida em 13 de março seguinte, quando o arquipélago viveu um dos mais violentos dias de confronto desde o começo da crise.

No final do dia 14 de março de 2011, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo, compostas por cerca de 1000 soldados da Arábia Saudita e 500 dos Emirados Árabes Unidos, ingressaram no Bareine, em atendimento a solicitação do Governo local. No dia 15, o rei Hamad ordenou a instalação de um estado de emergência no país pelo período de três meses. No dia 17 seguinte, o Governo iniciou uma onda de prisões de ativistas e líderes da oposição, dentre as quais a de Hassan Mushaima, líder político que havia acabado de voltar do exílio. O grosso das referidas tropas retirou-se do país em princípios de agosto de 2011.

Os al Khalifa costumam recorrer a posições de força contra a maioria populacional xiita desde o momento em que ocuparam o arquipélago, há dois séculos. Dessa forma, a dinastia acreditava, até os episódios de março de 2011, que sua larga experiência na administração de distúrbios internos seria suficiente para debelar a insatisfação da população xiita.

No entanto, a gravidade da crise levou a dinastia a se sentir, de fato, ameaçada pela Primavera Árabe, o que acabou por levar à intervenção branca do Conselho de Cooperação do Golfo em 14 de março.

Riade, de seu lado, tem brindado quantidades generosas de petróleo gratuito e de fundos para equilíbrio de orçamento interno bareinita. O Governo saudita atua dessa maneira para prevenir “contaminação” de sua população xiita residente na Província Leste, vizinha ao Bareine, pelos protestos ocorridos no arquipélago.

Dados a deterioração da imagem do regime monárquico bareinita no exterior e os níveis inéditos de clivagem política entre xiitas e sunitas no país, o rei Hamad al Khalifa tem anunciado iniciativas de apaziguamento e de conciliação patrocinadas pela monarquia. Exemplos desta política são a convocação de "Diálogo Nacional" em julho de 2011, conclave em que os diversos atores discutiriam a crise no país, e de Comissão Independente de Investigação, que em novembro de 2011 publicou relatório sobre os abusos das autoridades e dos manifestantes durante os protestos da "Primavera Árabe" no país.

ANEXOS

Cronologia Histórica

628 – O Islamismo chega ao Bareine.
1200 – O xiismo consolida-se no Bareine como a principal seita.
1521 – Portugueses invadem o arquipélago do Bareine, onde ficarão até 1602.
1602 – Os portugueses são expulsos do Bareine pelos persas.
1783 – Invasão do arquipélago por árabes sunitas oriundos da atual Arábia Saudita. Os persas são expulsos. Assume o poder a dinastia Al-Khalifa, da Arábia.
1816 – Região torna-se protetorado inglês.
1971 – Independência do Bareine.
1975 – Fechamento do Parlamento.
1995 – Fracasso das tentativas de entendimento entre o Governo e a oposição.
1996 – Execução do ativista Isa Ahmed Hassan.
1999 – Morre o Emir Xequé Isa Bin Sulman al-Khalifa, no comando do país desde 1961. O cargo é transmitido a seu filho e sucessor, Xequé Hamad Bin Isa al-Khalifa.
2002 – Promulgação da Constituição.
2005 – Suspenso o embargo comercial a Israel.
2007 – A jurista Haya Rashed al-Khalifa, 53 anos, é eleita para o cargo de Presidente da Assembléia-Geral da ONU.
2008 – Visita do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.
2009 – Visita do Presidente da República da França, Nicolas Sarkozy.
2011 – A onda da “Primavera Árabe” atinge o Bareine. Em 15 de março, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo intervêm no Bareine. A violenta repressão da monarquia sunita aprofunda a clivagem xiito-sunita no arquipélago. O Rei Hamad estabelece uma Comissão Independente de Inquerito para avaliar as violações de direitos humanos quando da repressão os protestos e convoca uma primeira tentativa de Diálogo de Consenso Nacional.
2013 – O Rei Hamad lança o segundo Diálogo Nacional (10 de fevereiro).

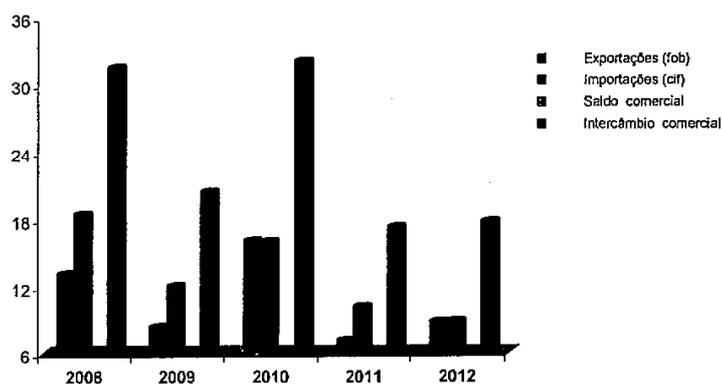
Cronologia das Relações Brasil-Bareine
1980 – Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bareine, representado pelo seu embaixador em Riade e o Bareine pelo seu representante permanente em Washington;
1983 – O então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto faz breve visita ao país no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio;
1985 – A Embaixada do Brasil no Kuaite passa a representar os interesses do Brasil junto a Manama;
1996 – Senhor Ministro de Estado mantém encontro com o Chanceler bareinita, Xequê Mohammed al-Khalifa, à margem da 51ª AGNU;
1997 – Senhor Ministro de Estado mantém encontro com o Chanceler bareinita, Xequê Mohammed al-Khalifa, à margem da 52ª AGNU;
Maior de 2005 – O então Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler do Bareine Mohamed Bin Mubarak Al-Khalifa chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.
Julho de 2007 – Brasil e Bareine concertam apoio recíproco acerca das candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos;
05 de maio de 2010 – A nova Embaixadora do Bareine, Houda Ezra Nonoo, apresenta credenciais ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.
25-28 de novembro de 2010 – A então Vice-Governadora do DF, Ivelise Longhi, visita o Bareine em caráter oficial, acompanhada de comitiva de sete pessoas.
03-05 de dezembro de 2010 – O Embaixador Roberto Abdalla participa do VI Manama Dialogue na capital bareinita, em representação ao Senhor MERE.
31 de maio de 2011 – O MERE concede audiência ao Chanceler bareinita, xequê Khalid al Khalifa, em Washington.
31 de janeiro de 2012 – o Embaixador Roberto Abdalla apresenta cartas credenciais ao Rei Hamad bin Issa al Khalifa, em Manama.
01 de outubro de 2012 – O MERE concede audiência ao Chanceler bareinita, xequê Khalid al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes.
07-09 de dezembro de 2012 – O Embaixador Roberto Abdalla participa do VIII Manama Dialogue na capital bareinita, em representação ao Senhor MERE.
04-10 de abril de 2013 – Missão parlamentar composta de três representantes

da Câmara bareinita e um assessor parlamentar visita Brasília. A delegação foi recebida em audiências separadas pelo Subsecretário-Geral para África e Orienta Médio do Itamaraty, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Humberto Silva, e pela Presidenta do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Carmen Lúcia.
05 de maio de 2013 - Delegação chefiada pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Dr. Humberto Ribeiro, visita o Bareine para estimular intercâmbio bilateral de investimentos
22 de maio de 2013 - Delbrasonu informa a SERE a respeito de interesse do Governo bareinita de enviar ao Brasil seu representante permanente em Nova York para tratar da abertura de representação diplomática do arquipélago em Brasília.
24 A 27 de junho de 2013 – Visita Brasília o Representante Permanente do Bareine nas Nações Unidas, Embaixador Jamal Alrowaiei, para comunicar oficialmente a intenção do Governo do Bareine de estabelecer Embaixada na capital e conhecer as medidas preparatórias necessárias.

BAREINE: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

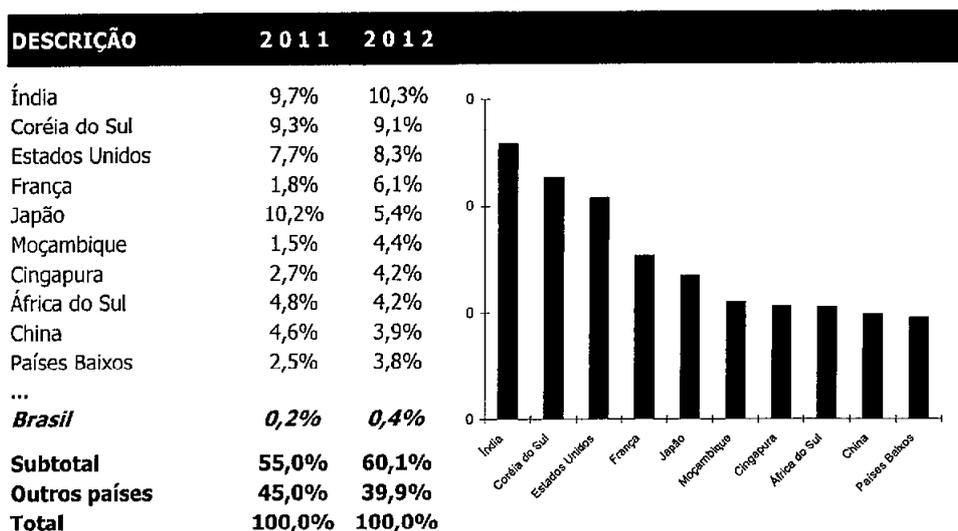
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	13,1	8,4	16,1	7,1	8,8
Importações (cif)	18,4	12,0	16,0	10,2	8,9
Saldo comercial	-5,3	-3,6	0,1	-3,1	-0,1
Intercâmbio comercial	31,5	20,4	32,1	17,2	17,7

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.
 (1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do Bareine.*



O comércio exterior do Bareine apresentou, em 2012, queda de 44% em relação a 2008, de US\$ 31,5 bilhões para US\$ 17,7 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Bareine figurou como o 98º mercado mundial, sendo o 95º exportador e o 103º importador.

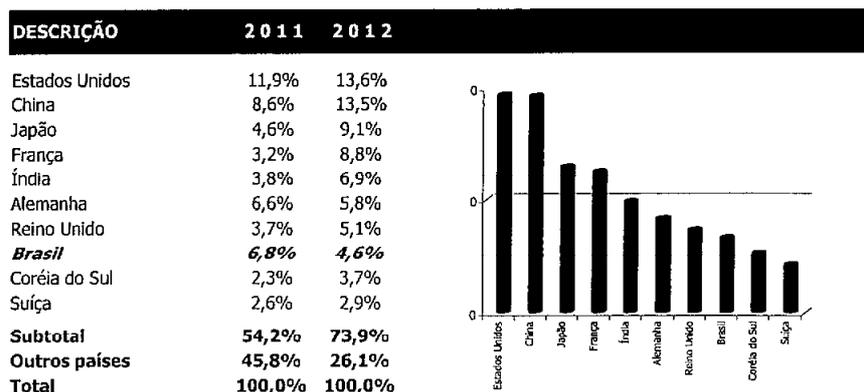
BAREINE : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 e 2012 - Em %



Elaborado pelo NRE/DP/DIRC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC COMTRADE/TradeMap, June 2013

A Ásia é o principal destino das vendas do Bareine e respondeu por 51% do total em 2012. Individualmente, a Índia foi a principal compradora dos produtos do Bareine, com 10,3% do total das exportações do país em 2012. Outros compradores importantes são Coréia do Sul (9,1%), Estados Unidos (8,3%), França (6,1%) e Japão (5,4%). O Brasil foi o 35º destino das vendas do Bareine em 2012, absorvendo 0,4% do total.

BAREINE : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
2011 e 2012 - Em %

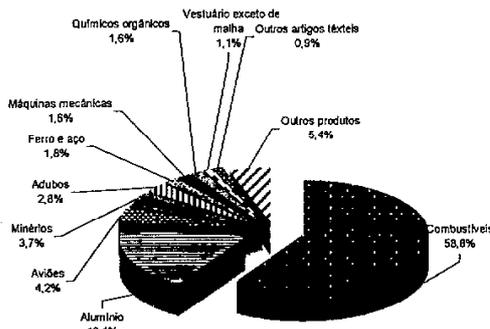


Elaborado pelo NRE/DP/DIRC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC COMTRADE/TradeMap, June 2013

A exemplo das exportações, grande parte das importações do Bareine também são originárias dos países asiáticos, que supriram 43% da demanda importadora do país em 2012. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal parceiro, representando 13,6% do total. Outros vendedores importantes são China (13,5%), Japão (9,1%), França (8,8%) e Índia (6,9%). O Brasil foi o 8º mercado de origem das compras do Bareine, responsável por 4,6% das importações do país em 2012.

BAREINE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	5,20	58,8%
Alumínio	1,60	18,1%
Aviões	0,37	4,2%
Minérios	0,33	3,7%
Adubos	0,25	2,8%
Ferro e aço	0,16	1,8%
Máquinas mecânicas	0,14	1,6%
Químicos orgânicos	0,14	1,6%
Vestuário exceto de malha	0,10	1,1%
Outros artigos têxteis	0,08	0,9%
Subtotal	8,36	94,6%
Outros produtos	0,47	5,4%
Total	8,84	100,0%

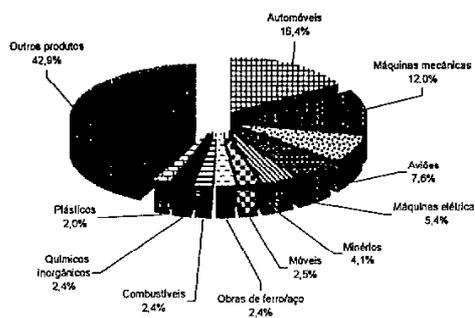


Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD, TIC/CONTRADE/Trademap, June 2013.

O principal item da pauta de exportações do Bareine são os combustíveis, que representaram em 2012 58,8% do total. Seguiram-se: alumínio (18,1%); aviões (4,2%); minérios (3,7%); e adubos (2,8%).

BAREINE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Automóveis	1,67	16,4%
Máquinas mecânicas	1,22	12,0%
Aviões	0,77	7,6%
Máquinas elétricas	0,55	5,4%
Minérios	0,42	4,1%
Móveis	0,25	2,5%
Obras de ferro/aço	0,25	2,4%
Combustíveis	0,24	2,4%
Químicos inorgânicos	0,24	2,4%
Plásticos	0,20	2,0%
Subtotal	5,81	57,1%
Outros produtos	4,36	42,9%
Total	10,17	100,0%



Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD, TIC/CONTRADE/Trademap, June 2013.

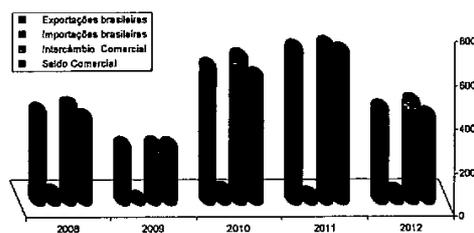
A pauta de importações do Bareine é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado, com destaque para automóveis, máquinas e aviões, que juntos somaram 41% das compras do país em 2012. Seguiram-se: minérios (4,1%); móveis (2,5%); obras de ferro/aço (2,4%); combustíveis (2,4%); produtos químicos inorgânicos (2,4%); e plásticos (2,0%).

BRASIL-BAREINE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	405	249	610	691	414	199	102
Variação em relação ao ano anterior	256,2%	-38,5%	144,4%	13,4%	-40,1%	-16,9%	-48,4%
Importações brasileiras	30	1	43	16	32	10	21
Variação em relação ao ano anterior	+	-95,1%	+	-62,6%	103,2%	+	98,8%
Intercâmbio Comercial	435	251	652	707	447	209	123
Variação em relação ao ano anterior	-31,6%	-42,4%	160,0%	8,4%	-36,8%	-12,9%	-41,1%
Saldo Comercial	376	248	567	675	382	188	82

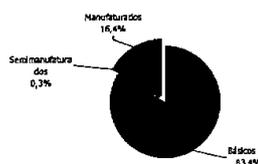
Elaborado pelo MRE/DPR, DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC/SECEX Alcegeb.
(+) Variação superior a 1000%

O Bareine foi o 71º principal parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou aumento de 2,6%, havendo crescimento de 2,2% nas exportações e de 8,1% nas importações. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, logrou superávit de US\$ 382 milhões em 2012.



BRASIL-BAREINE : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

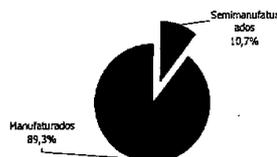
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	345	83,3%
Seminanufacturados	1	0,3%
Manufaturados	68	16,4%
Transações especiais	0	0,0%
Total	414	100,0%



As exportações brasileiras para o Bareine são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 83,3% do total em 2012, com destaque para os minérios. Em seguida estão os manufaturados com 16,4% e seminmanufaturados com 0,3%.

Elaborado pelo NRE-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	0	0,0%
Seminanufacturados	3	10,7%
Manufaturados	29	89,3%
Total	32	100,0%



Nas importações brasileiras do Bareine predominam os produtos manufaturados, que representaram 89,3% do total em 2012, com destaque para o alumínio. Seguiram-se os produtos seminmanufaturados, com 10,7%. Não houve importação de produtos básicos de 2012.

Elaborado pelo NRE-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC.

BRASIL-BAREINE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para o Bareine, 2012
			Valor	% no total	
Minérios	415	627	308	74,3%	308
Químicos inorgânicos	27	9	38	9,2%	38
Carnes	37	35	32	7,6%	32
Subtotal	479	672	378	91,2%	
Outros produtos	131	19	37	8,8%	
Total	610	691	414	100,0%	

Elaborado pelo NRE-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC/SECD/Alicweb.

As exportações brasileiras para o Bareine são concentradas em minérios de ferro, que representou 74,3% do total em 2012. Seguiram-se: produtos químicos inorgânicos com 9,2% e carnes com 7,6%.

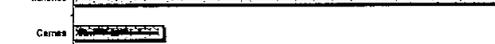
BRASIL-BAREINE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Bahreine, 2012
			Valor	% no total	
Alumínio	2	15	31	94,3%	
Automóveis	0,2	0,3	0,7	2,2%	
Subtotal	2	15	31	96,4%	
Outros produtos	41	1	1	3,6%	
Total	43	16	32	100,0%	

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC-SELEX Alconceb.

A pauta de importações originárias do Bareine concentrou-se em alumínio (cabos de alumínio, não isolados, para uso elétrico; ligas de alumínio em forma bruta), que representou 94,3% do total de 2012 e automóveis (2,2%).

BRASIL-BAREINE : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012		2013		Exports brasileiras p/ o Bareine em 2013(jan-mai)
	(jan-mai)	% do total	(jan-mai)	% do total	
Exportações					
Minérios	154	77,7%	80	78,2%	
Carnes	11	5,6%	17	16,7%	
Leite/ovos/mel	3	1,3%	2	2,3%	
Subtotal	168	84,6%	100	97,2%	
Outros produtos	31	15,4%	3	2,8%	
Total	199	100,0%	102	100,0%	
Importações					
Açúcar	0,0	0,0%	12,0	58,5%	
Alumínio	9,8	94,4%	6,5	31,5%	
Combustíveis	0,3	3,0%	1,1	5,3%	
Veículos p/ vias férreas	0,0	0,0%	0,7	3,3%	
Subtotal	10,1	97,4%	20,3	98,6%	
Outros produtos	0,3	2,6%	0,3	1,4%	
Total	10,3	100,0%	20,6	100,0%	

Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC-SELEX Alconceb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO DO KUAITE



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Estado do Kuaite
CAPITAL:	Cidade do Kuaite
ÁREA:	17.818 km ²
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica (85%, sendo 70% destes sunitas e 30% xiitas). O cristianismo, o hinduísmo e as demais religiões representam 15%.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO:	Xeque Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah, Emir do Kuaite (desde 29/jan/2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro, Xeque Jaber al Mubarak al Sabah
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeque Sabah al Khalid al Sabah
PIB NOMINAL (2012):	US\$ 177 bilhões
PIB NOMINAL "PER CAPITA" (2012):	US\$ 46,578
PIB PPP (2012):	US\$ 165,9 bilhões
PIB PPP "PER CAPITA" (2012):	US\$ 43.420
VARIAÇÃO DO PIB:	7,9% (2012 est.)
IDH – ÍNDICE DE DESENV. HUMANO 2012:	0,790 (53ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA:	74,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	93,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar kuaitano
EMBAIXADOR NO KUAITE:	Roberto Abdalla
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Yousef Ahmad Abdulsamad
COMUNIDADE BRASILEIRA:	30 cidadãos

Intercâmbio comercial Brasil – Kuaite (em US\$ milhões *f.o.b.*)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-mai)
Intercâmbio	149	224	167	343	652	373	583	744	1273	789
Exportações	127	191	167	230	632	373	339	357	313	150
Importações	22	33	0	113	20	0	244	387	960	639
Saldo	105	158	167	117	612	373	95	-30	-647	-489

PERFIS BIOGRÁFICOS

Emir do Kuaite, Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah

O xeque (*sheikh*) Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah é o atual Emir (Chefe de Estado) do Kuaite.

Membro da família real kuaítiana, nasceu em junho de 1929. Estudou em escolas do Kuaite e completou estudos superiores com tutores particulares.

Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1963 a 1991; Ministro em exercício da Informação entre 1963 e 1985; Primeiro Vice-Primeiro-Ministro em fevereiro de 1978, função que acumulou com a de Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo sido confirmado nesses cargos nos novos governos empossados em março de 1985 e outubro de 1992.

Entre 1965 e 1967, desempenhou as funções de Ministro das Finanças e Ministro Interino do Petróleo.

Foi nomeado Primeiro-Ministro do Estado do Kuaite em 2003.

Ascendeu ao trono em janeiro de 2006.

Primeiro-Ministro do Kuaite, Jaber Al-Mubarak Al-Hamad Al-Sabah

O Primeiro-Ministro Jaber Al-Mubarak Al-Hamad Al-Sabah, nasceu em 1948.

Entre 1968 e 1979, exerceu as funções de Supervisor, Diretor e Subsecretário do *Amiri Diwan* (Gabinete do Emir). Logo após esse período, foi Governador dos distritos de Hawaly (1979-1985) e de Ahmadi (1985 e 1986).

Assumiu o Ministério de Assuntos Sociais e do Trabalho, entre 1986 a 1988, e o Ministério da Informação, entre 1988 e 1990. Após a invasão do país pelo Iraque, em agosto de 1990, foi indicado assessor particular do Emir, cargo que ocupou até março de 1992. Foi Ministro da Defesa, de 2001 a 2002, e Ministro da Defesa e do Interior, em 2006.

Em outubro do ano seguinte, foi designado Primeiro Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa.

Em 19 de julho de 2011, foi designado Primeiro-Ministro, e reconduzido ao cargo em 11 de dezembro de 2012.

**Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do
Kuaite, Sabah Al-Khalid Al-Hamad Al-Sabah**

O xeque **Sabah Al-Khalid Al-Hamad Al-Sabah**, atual Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuaite, nasceu em 3 de março de 1953. Casado com Ayda Salim al Ali al Sabah, possui um casal de filhos, Al Jawhara e Khalid. Fala árabe e inglês.

Graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade do Kuaite.

Ingressou na carreira diplomática em 1978 e permaneceu no Departamento Político, Secção Árabe, do Ministério dos Negócios Estrangeiros até 1983, ano em que iniciou o desempenho de funções diplomáticas na Missão Permanente do Kuaite junto às Nações Unidas, em Nova York, até 1989.

Em 1989, foi nomeado Vice-Diretor do Departamento do Mundo Árabe no Ministério dos Negócios Estrangeiros, cargo em que permaneceu até ser nomeado Diretor de Gabinete do Subsecretário (Secretário-Geral) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1992.

Em 1995, deixou a Diretoria de Gabinete da chancelaria kuaítiana para assumir o cargo de Embaixador do Kuaite junto à Arábia Saudita, até o ano de 1998.

Foi Presidente do Serviço de Segurança Nacional (1998-2006), Ministro de Assuntos Sociais e Trabalho (2006-2007) e Ministro da Informação (2007-2009).

Entre abril e maio de 2009, assumiu o Ministério da Justiça e o Ministério para Assuntos Islâmicos, até que, no mesmo mês de maio, foi nomeado Membro do Conselho Supremo do Petróleo.

Em 23 de outubro de 2011, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil no Kuaite, funcionando, cumulativamente, com sede no Egito. Em 1975, o Brasil inaugurou sua Missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuaítianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

A crise do petróleo de 1973, que comprometeu o modelo de forte crescimento econômico do regime militar brasileiro, compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores da *commodity*, inclusive o Kuaite. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e o intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros (1981) e a consequente crise internacional da dívida de 1982, na qual o Brasil se viu diretamente envolvido, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, desta vez com o objetivo de angariar o apoio kuaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras para com o emirado. Ocorre nessa época, também, um esforço coordenado entre os Ministérios militares e as empresas bélicas brasileiras no sentido de abrir o mercado kuaitiano para os produtos daquele setor produtivo nacional. É nesse contexto que Roberto de Abreu Sodré realiza a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Kuaite (abril de 1986). Em 1989, o então Presidente José Sarney convida oficialmente o então Primeiro-Ministro do emirado a visitar o Brasil, sem qualquer desdobramento.

A invasão do Kuaite pelo Iraque (1990) e a subsequente Guerra do Golfo alteram profundamente o panorama das relações do Brasil com o pequeno emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuaitianas de alto nível junto ao Brasil, solicitando nosso apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes, após a Guerra do Golfo. Registre-se, nesse particular, a audiência concedida pelo Presidente Itamar Franco ao então Ministro da Informação, Xequê Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir, em março de 1993.

Durante o período de 1998 a 1999, o **Brasil** voltou a tratar de **temas** de forte interesse do Kuaite. Foram criados, à época, três painéis relativos à situação no Iraque, todos presididos pelo Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas: o primeiro sobre temas de desarmamento, o segundo sobre assuntos humanitários e o terceiro sobre prisioneiros de guerra e propriedade kuaitiana.

As posições então adotadas pelo Brasil no CSNU contribuíram para sepultar, em definitivo, o mal-estar existente entre 1990 e 1993 nas relações bilaterais, causado pela não participação do Brasil na coalizão militar que derrotou o Iraque na Guerra do Golfo. Na instância máxima da ONU, o Brasil sempre defendeu as resoluções favoráveis à manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuaite e ao cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

Do ponto de vista comercial, a partir de 1995 inicia-se processo de retomada das importações brasileiras de petróleo do Kuaite (interrompidas com os conflitos do início dos 90), o que levou à ocorrência de déficits substanciais para o Brasil nas trocas bilaterais, que chegaram a alcançar o valor total aproximado de US\$ 1 bilhão. No final dessa década, em razão da priorização da política brasileira de integração sul-americana, parte das compras de petróleo originárias dos países do Golfo passou a ser substituída por aquisições oriundas da Argentina e da Venezuela, o que inverteu o fluxo do comércio bilateral com o gradual incremento das exportações brasileiras. Nesse período, o Kuaite começa a disputar o papel, com os Emirados Árabes Unidos, de porta de entrada de produtos brasileiros para alguns importantes países do Oriente Médio, como o Irã e as repúblicas islâmicas da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Outro aspecto relevante, que despontou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, foi o aumento potencial da importância do Kuaite como fonte alternativa para captação de investimentos externos, em vista do movimento de realocação das inversões kuaitianas que estiveram concentradas nos mercados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, face ao crescente sentimento anti-islâmico no eixo norte-atlântico e à baixa rentabilidade oferecida pelos mercados financeiros tradicionais.

Em julho de 2010, o então Primeiro-Ministro kuaitiano, Xequê Nasser Al-Sabah, visitou o Brasil em caráter oficial, no que constituiu a visita de mais alto nível da história das relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados três acordos: Acordo de Cooperação Técnica, Acordo sobre Serviços Aéreos e Emenda ao Acordo de Cooperação de 1975.

POLÍTICA INTERNA

O Kuaite é uma monarquia constitucional, na qual os ramos Jaber e Salem, da família al Sabah, se alternam no poder. Pela Constituição é vedada a formação de partidos políticos e garantida a liberdade de culto, existindo, na prática, igrejas de todas as religiões, exceto a judaica.

No sistema político kuaitiano, a Assembleia Legislativa não tem o poder de formar o Gabinete, sendo o Primeiro-Ministro e os Ministros indicados pela família al Sabah. Tradicionalmente, os al Sabah vêm conduzindo uma política que visa a satisfazer a população kuaitiana através da distribuição de uma parcela dos recursos provenientes da exportação de petróleo, na forma de educação e assistência médica totalmente gratuitas, elevados salários no setor público, doação por ocasião do casamento, empréstimos subsidiados para a aquisição de casa própria, aposentadoria integral após 25 anos de serviço.

O Kuaite conta atualmente com cerca de 400 mil eleitores, sendo que pouco mais da metade são mulheres. A Assembleia é composta por 50 representantes eleitos, metade dos quais são, historicamente, islamistas e chefes tribais. A eleição de maio de 2008 resultou em avanço de políticos tribais e islâmicos conservadores. Os reflexos do fortalecimento dos fundamentalistas começaram a ser sentidos imediatamente. Na sessão de posse dos novos deputados, nove parlamentares abandonaram o plenário em protesto ao fato de duas ministras terem comparecido sem o véu (*hijab*). Na semana seguinte, deputados pressionaram pela adoção de medidas punitivas contra dois hotéis que teriam desrespeitado “os valores islâmicos e as tradições kuaitianas”. Poucos dias antes, parlamentares salafistas, os mais radicais dentre os islâmicos locais, reuniram-se com clérigos muçulmanos para discutir projeto de lei que alteraria o artigo 2º da Constituição, que declara ser o Islã a principal origem da legislação do país, de forma a determinar ser a charia (lei islâmica) não apenas a principal, mas a única fonte legal.

O fortalecimento dos conservadores afeta o atual sistema de bem-estar social e de distribuição de renda, pois, desde a década passada, os esforços governamentais de implementar reformas liberalizantes têm sido sistematicamente bloqueados pelo Parlamento majoritariamente conservador. As reformas implicariam redução do *welfare state* kuaitano e enxugamento do setor público, que atualmente emprega mais de 90% da força de trabalho kuaitiana, além de conceder subsídios a todos os cidadãos.

O Gabinete atual, conduzido pelo Primeiro-Ministro, Xequé Jaber Al-Sabah, é o décimo Governo kuaitano em um período de seis anos e o terceiro Gabinete desde que Xequé Jaber assumiu o cargo pela primeira vez, em dezembro de 2011. Em decisão inédita, a Corte Constitucional do país determinou, no início do mês de junho de 2013, a dissolução da Assembleia Nacional devido a falhas procedimentais identificadas na preparação das eleições parlamentares de dezembro último. A corte também decidiu pela constitucionalidade do decreto do Emir que modificou a lei eleitoral, estipulando apenas um voto por cidadão. O Parlamento formado em dezembro é pró-Governo, o que não tem, entretanto, diminuído a cada vez mais crescente vocalização da oposição. Há previsão de que um novo pleito seja realizado em setembro próximo.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a invasão iraquiana (1990-1991), a política externa kuaitiana desenvolveu a obsessão de preservar a soberania e a integridade territorial

do país. No âmbito multilateral, a expressão desse objetivo é a rígida vigilância exercida pelo Kuaite sobre o cumprimento, por Bagdá, de todas as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) relacionadas aos desdobramentos da Guerra do Golfo.

No pós-guerra, o Kuaite tem procurado, em termos de política regional, reafirmar sua identidade árabe. Alinha-se às críticas mundiais quanto ao comportamento do atual Governo israelense, que estaria colocando em risco o processo de paz para o Oriente Médio. Há preocupação com a questão nuclear iraniana, uma vez que está localizada no Kuaite a área urbana mais próxima das instalações nucleares persas.

Outra vertente da ação externa do emirado, a partir da liberação do país da ocupação iraquiana, foi a concentração de sua agenda externa, prioritariamente, sobre os membros permanentes do CSNU e sobre potências emergentes de outras regiões do globo, identificadas como importantes para a manutenção de sua soberania e integridade territorial, como a África do Sul, China, Índia, Brasil e Canadá.

No campo da diplomacia econômica, destaca-se o papel do *Kuwait Fund for Arab Economic Development* (KFAED), braço econômico do Ministério das Relações Exteriores kuaitano. Criado em 1961, é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento entre o Kuaite e os países em desenvolvimento com os quais o Reino possa ter (ou tencione vir a ter) relacionamento especial. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente e analisa projetos de nível municipal, estadual ou federal, desde que aprovados pelo órgão de planejamento central do país solicitante.

Até junho de 2013, o fundo havia concedido empréstimos no montante de US\$ 17 bilhões a 101 países, num total de 840 operações de crédito. Desse universo de 101 países, 11 países da América do Sul e Caribe foram beneficiados com um total de US\$ 388,4 milhões. O Brasil nunca recebeu créditos ou doações do KFAED.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia kuaitiana é altamente dependente do setor de hidrocarbonetos, com a venda do petróleo contribuindo com a maior parte da arrecadação estatal, além de responder por mais de metade do PIB. Estima-se, contudo, que com a queda dos preços do petróleo, o superávit em conta-corrente diminua para US\$ 73 bilhões em 2013. O PIB, cujo crescimento foi de 7,9% em 2012, deverá diminuir para 4,2% em 2013, devido à desaceleração da produção e exportação de petróleo decorrente do baixo crescimento global. A renda atual advinda das exportações não indica ameaça à posição fiscal do país em curtos e médios prazos.

A crise financeira global teve forte impacto na bolsa de valores, a segunda maior do mundo árabe, que vem registrando recuperação desde 2011. Para aumentar a confiança dos investidores, o Kuaite solicitou ao seu fundo soberano, *Kuait Investment Authority (KIA)*, a criação de um fundo para investir na bolsa de valores, com o propósito de restabelecer a confiança do mercado. Estima-se que os fundos da KIA sejam da ordem de US\$ 296 bilhões.

Em 2012, as autoridades kuaitianas lograram aumentar a produção de petróleo para 2,8 milhões de barris/dia. No longo prazo, contudo, a meta é atingir 4 milhões de barris/dia até o ano 2020. A exploração das novas reservas de gás natural descobertas em 2006 está em andamento, com o objetivo de tornar o país autossuficiente em GNL até 2016. Ademais, o Governo do Kuaite alocou cerca de US\$ 45,3 bilhões para o desenvolvimento de vários megaprojetos que visam a diversificar e dinamizar a economia, diminuindo assim a dependência da produção de petróleo.

O Executivo kuaitano tem se esforçado nos últimos anos para implementar reformas econômicas de cunho liberal, malgrado a oposição de membros conservadores do Parlamento e de representantes dos setores afetados. Algumas mudanças foram alcançadas, como a aprovação da Lei de Investimentos Estrangeiros, que permite a cidadãos estrangeiros controlar até 100% do capital de empresas no Kuaite e a redução das taxas (15%) incidentes sobre o lucro das empresas estrangeiras.

O consumo privado tem sido um dos motores do crescimento econômico desde o início de 2012. Calcula-se que uma das causas do aumento significativo dos gastos dos consumidores tem sido a expansão dos salários dos nacionais kuaitianos (em média 8% nos últimos 12 meses), que injetou na economia o equivalente a USD 2,5 bilhões. Soma-se a isso o incremento recorde nos níveis de concessão de crédito oferecido pelos bancos locais (11% a mais do que em 2011).

A "generosidade" do Estado kuaitano tem repercutido no mercado de trabalho. Mais de 90% dos nacionais do Kuaite trabalham no setor público, com melhores salários, enquanto os trabalhadores estrangeiros trabalham, em sua maioria, no setor privado. Assim, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados; no ano de 2012, o número de vistos de trabalho concedidos a estrangeiros cresceu mais de 70%. Dos 3,4 milhões de residentes do Kuaite, 2/3 são imigrantes, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas).

ANEXO I - CRONOLOGIA HISTÓRICA DO KUAITE

1756 – O primeiro membro da família al Sabah é escolhido Emir da cidade do Kuaite pelas classes mercantis locais.
1896 – Embora formalmente vassalo do Império Otomano e subordinado à Província de Basra, o Emir do Kuaite assina Tratado de Protetorado com o Império Britânico.
1914 – Com o início da Primeira Guerra Mundial, Londres declara o Kuaite um “Estado independente sob proteção britânica”.
1934 – O Emir do Kuaite entrega uma concessão petrolífera à <i>Kuwait Oil Company</i> , uma empresa mista de capitais ingleses e norte-americanos
1938 – Campanha da burguesia kuaítiana pela incorporação do emirado ao Reino do Iraque, como forma de contrarrestar sua insatisfação com o domínio da dinastia al Sabah;
1961 – Independência do Kuaite do jugo britânico em 1961; ameaça iraquiana de invasão, apoiada por diversos setores da sociedade kuaítiana. Tropas britânicas evitam a invasão iraquiana.
1967 – O Kuaite declara guerra a Israel, em conjunto com outros países árabes, por ocasião do Conflito dos Seis Dias.
1973 – Choque entre tropas do Kuaite e do Iraque, por questões fronteiriças. Os países produtores de petróleo, entre eles o Kuaite, decidem utilizar o produto como arma econômica na guerra contra Israel e, além de elevar o preço do produto, promovem um boicote aos países simpatizantes dos israelenses.
1975 - Nacionalização da <i>Kuwait Oil Company</i> .
1976 – O Emir Sabah al Salem al Sabah dissolve o Parlamento, suspende parcialmente a constituição e aceita a renúncia de seu gabinete. Somente em 1980 haverá novas eleições parlamentares.
1978 – Morte do Emir Sabah al Sabah. Assume o cargo de Emir o príncipe-herdeiro, Jaber al Ahmed al Sabah.
1986 – Segunda dissolução inconstitucional do Parlamento pelo Emir.
1990 - Invasão iraquiana de 1990. Saddam Hussein declara o Kuaite a 19ª província iraquiana.
1991 - Em fevereiro, as tropas iraquianas são expulsas do território kuaítiano por uma coalizão de forças lideradas pelos EUA. Restauração da independência kuaítiana.
2006 – Morre o Emir Jaber al Ahmed al Sabah. Assume a Chefia de Estado o atual Emir Sabah al Ahmad al Jaber al Sabah
2011 – Na sequência de protestos inspirados na "Primavera Árabe", o Primeiro-Ministro Xequé Nasser Al Sabah é substituído pelo Xequé Jaber Al Sabah (dezembro).
2012 – As eleições de fevereiro são ganhas majoritariamente pela oposição. O Emir bloqueia projeto parlamentar que subordinaria toda legislação à lei islâmica.
2012 – Em reação à alteração da lei eleitoral (outubro), a oposição boicota as eleições parlamentares de dezembro.

ANEXO II - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-KUAITE

<p>1968 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuaite. Criação da primeira representação diplomática brasileira junto ao emirado, funcionando, em caráter cumulativo, a partir da Embaixada do Brasil no Cairo.</p>
<p>1975 – Abertura da Missão diplomática brasileira residente na cidade do Kuaite.</p>
<p>1975 (Brasília – março) – Visita oficial do então Ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje Emir do Kuaite, Xequé Sabah al Hamed al Jaber al Sabah. Assinatura do Acordo de Cooperação que cria a Comissão Mista Bilateral.</p>
<p>1975 (Brasília – agosto) – Abertura da Missão diplomática kuaítiana em Brasília.</p>
<p>1977 (Kuaite – maio) - I Reunião da Comissão Mista.</p>
<p>1979 (28 – 29 de maio) – II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.</p>
<p>1980 (Brasília – outubro) – visita do Ministro das Finanças do Kuaite, Abdul-Haman al Atiqi (pauta - discussão sobre mecanismos de Cooperação Econômica)</p>
<p>1981 (Kuaite – novembro) – Visita oficial do então Ministro da Fazenda, Dr. Ermane Galvêas.</p>
<p>1983 (Kuaite – dezembro) – Visita oficial do então Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Delfim Netto (pauta - refinanciamento da dívida externa).</p>
<p>1986 Kuaite – Visita oficial do então MERE Roberto de Abreu Sodré, a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao emirado.</p>
<p>1989 (Brasília – agosto) – O Senhor Presidente da República envia carta ao Príncipe-Herdeiro e Primeiro-Ministro Saad al Abdullah al Salem al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.</p>
<p>1992 (Brasília – agosto) – Audiência do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores com o enviado especial do Emir, o Ministro do Ensino Superior daquele país.</p>
<p>1992 Rio de Janeiro - O então Emir do Kuaite, Xequé Jaber al Ahmad al Sabah, chefia a delegação de seu país à Conferência ECO-92, sem a ocorrência de encontros bilaterais com autoridades brasileiras à margem do evento.</p>
<p>1993 (Brasília – março) - Audiência concedida pelo Senhor Presidente da República ao então Ministro kuaítiano da Informação, Xequé Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do Emir.</p>
<p>1994 (Brasília – maio e setembro) - Visita de enviado especial do Emir, Embaixador Mohammad A. Abulhassan, Representante do Kuaite junto às Nações Unidas. Audiência com o Senhor Secretário-Geral do MRE.</p>
<p>1994 (Kuaite – junho) - Visita oficial do Ministro do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena.</p>

1996 (Kuaite – junho) - Visita oficial do então SGAP, Embaixador Ivan Cannabrava.
2002 (Kuaite – 8 de maio) - Visita oficial do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi. Encontros com o Chanceler Mohammed al Sabah e com o Secretário-Geral do MNE, Embaixador Khalid al Jarralah. Assinatura do memorando de entendimento para o estabelecimento de consultas políticas bilaterais
2005 (Kuaite – 23 e 24 de fevereiro) - Visita oficial ao emirado do Chanceler Celso Amorim. Encontro do Sr. MERE com o então Primeiro-Ministro e hoje Emir do Kuaite, Xequê Sabah al Ahmad al Sabah. Seminário empresarial organizado pelo Departamento de Promoção Comercial do MRE, na ocasião. Assinatura do Acordo bilateral de Cooperação Cultural.
2005 (Brasília – maio) – Vinda do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xequê Mohammed Sabah al Salem al Sabah, para chefiar a delegação kuaítiana na I Cúpula América do Sul – Países Árabes.
2007 (16 de agosto) - O Senhor Presidente da República envia carta ao Emir Sabah al Ahmad al Sabah, contendo convite de visita oficial ao Brasil.
2007 (20 de setembro) - O Emir do Kuaite envia carta ao Senhor Presidente da República aceitando visitar oficialmente o Brasil e reciprocando o convite de visita ao Kuaite ao Senhor Presidente da República. Apesar da aceitação do convite, o Emir Sabah al Ahmad ainda não veio ao Brasil na qualidade de Chefe de Estado de seu país.
2008 (Doha, Catar – 30 de novembro) - À margem da Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, em Doha, o Senhor Ministro de Estado concede audiência ao Chanceler kuaítiano, Dr. Mohammed al Sabah.
2010 (Rio de Janeiro – 13 a 14 de abril) – Reunião de consultas aéreas bilaterais.
2010 (Kuaite – 28 de abril) - Seminário organizado pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB) em parceria com o Ministério do Turismo do Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria do Kuaite.
2010 (Brasília – 25 de julho) – O então Primeiro-Ministro do Kuaite, Xequê Nasser al Sabah, visita Brasília em caráter oficial, oportunidade em que é homenageado com almoço pelo então Presidente da República Lula e mantém reunião de trabalho com o mandatário brasileiro.
2012 (Rio de Janeiro – 20 a 24 de junho) – A xeica Amthal al Ahmad al Jaber al Sabah, irmã do Emir do Kuaite, chefia a delegação kuaítiana à Conferência Rio+20.

ANEXO III – ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência
Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuaite	22/07/2010	Não está em vigor.
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite	22/07/2010	Não está em vigor; tramitação sustada devido a conflito com a nova Lei de Acesso à Informação (2011)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Serviços Aéreos	22/07/2010	Não está em vigor.
Acordo de Cooperação	25/03/1975	10/02/1976

ANEXO IV – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

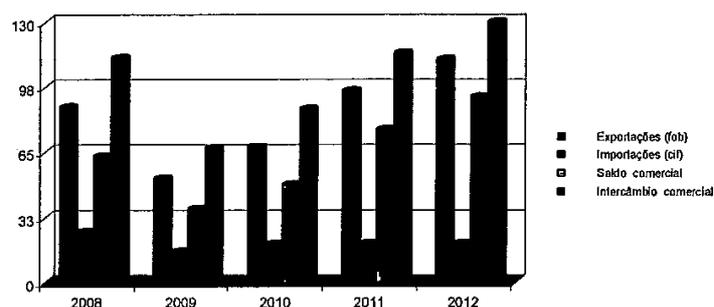
KUAITE: COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	87,5	51,7	67,6	95,5	111,5
Importações (cif)	24,8	15,0	18,9	19,2	19,1
Saldo comercial	62,6	36,6	48,7	76,3	92,4
Intercâmbio comercial	112,3	66,7	86,4	114,6	130,5

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Integração Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC, Trademap, June 2013.

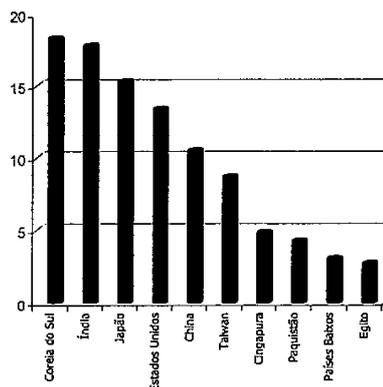
(1) O Kuwait não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD entre 2009 e 2012, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



Em 2012, o comércio exterior do Kuwait aumentou 16,3% em relação a 2008, de US\$ 112,3 bilhões para US\$ 130,5 bilhões. No ranking do FMI de 2012, o Kuwait figurou como o 50º mercado mundial, sendo o 36º exportador e o 78º importador.

KUAITE : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Coreia do Sul	18,3	16,4%
Índia	17,8	16,0%
Japão	15,3	13,7%
Estados Unidos	13,3	12,0%
China	10,5	9,4%
Taiwan	8,7	7,8%
Cingapura	4,8	4,3%
Paquistão	4,2	3,8%
Países Baixos	3,0	2,7%
Egito	2,7	2,4%
...		
Brasil	0,96	0,9%
Subtotal	99,5	89,3%
Outros países	12,0	10,7%
Total	111,5	100,0%

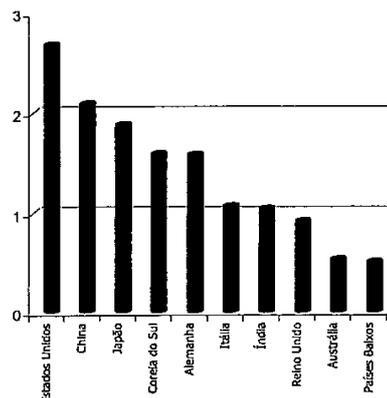


Elaborado pelo NRE - DFR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados da BACTAD ITC Trademap, June 2013.
(1) O Kuwait não informou suas estatísticas de comércio exterior à DIACAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As exportações kuaitianas são direcionadas em grande parte aos países em desenvolvimento, cerca de 66,9% do total das vendas em 2012. Os países vizinhos da Ásia absorveram, em 2012, 76%. Os países desenvolvidos compraram 33,1% da produção kuaitiana em 2012. A Coreia do Sul foi o principal destino das vendas kuaitianas, absorvendo 16,4% do total. Seguiram-se: Índia (16%); Japão (13,7%); Estados Unidos (12%); China (9,4%); e Taiwan (7,8%). O Brasil foi o 13º comprador do país e absorveu 0,9% das vendas kuaitianas em 2012.

KUAITE : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	
	2012	% no total
Estados Unidos	2,68	14,1%
China	2,09	10,9%
Japão	1,88	9,9%
Coreia do Sul	1,58	8,3%
Alemanha	1,58	8,3%
Itália	1,07	5,6%
Índia	1,04	5,5%
Reino Unido	0,92	4,8%
Austrália	0,53	2,8%
Países Baixos	0,51	2,6%
...		
Brasil	0,314	1,6%
Subtotal	14,19	74,4%
Outros países	4,89	25,6%
Total	19,07	100,0%

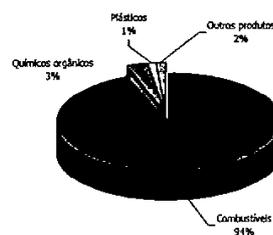


Elaborado pelo IRE DRC/DIC - O, são de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC TradeMap, Junho 2013.
(1) O Kuwait não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As importações kuaitianas, por sua vez, são originárias em grande parte dos países desenvolvidos, cerca de 60,6% do total das compras, em 2012. Os mercados emergentes e em desenvolvimento supriram 39,4% da demanda interna. Os países vizinhos asiáticos participaram com 44,8% do total. Os Estados Unidos foi o principal fornecedor de bens ao país, com 14,1% do total. Em seguida, destacaram-se China (10,9%); Japão (9,9%); Coreia do Sul (8,3%) e Alemanha (8,3%). O Brasil foi 14º principal vendedor para o Kuwait, participando com 1,6% do total das compras kuaitianas.

KUAITE : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	
	2012	% no total
Combustíveis	105,63	94,8%
Químicos orgânicos	3,05	2,7%
Plásticos	1,10	1,0%
Subtotal	109,77	98,5%
Outros produtos	1,70	1,5%
Total	111,47	100,0%

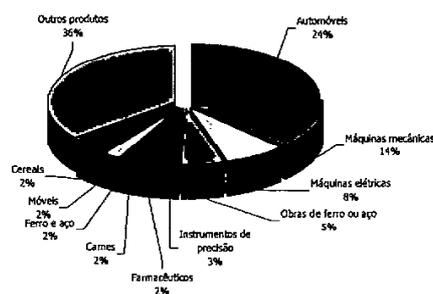


Elaborado pelo IRE DRC/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC TradeMap, Junho 2013.
(1) O Kuwait não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) são os principais itens da pauta exportadora kuaitiana. Em 2012 responderam por 94,8% do total, seguido de produtos químicos orgânicos (2,7%) e plásticos (1%).

KUAITE : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012 ⁽¹⁾	% no total
Automóveis	4,52	23,7%
Máquinas mecânicas	2,62	13,8%
Máquinas elétricas	1,50	7,9%
Obras de ferro ou aço	1,01	5,3%
Instrumentos de precisão	0,49	2,6%
Farmacêuticos	0,45	2,3%
Carnes	0,44	2,3%
Ferro e aço	0,43	2,3%
Móveis	0,42	2,2%
Cereais	0,41	2,2%
Subtotal	12,29	64,4%
Outros produtos	6,78	35,6%
Total	19,07	100,0%



FABRICAÇÃO DE BREVÊS DE DIREITO - Divisão de Estatística Comercial - com base em dados da UNCTAD ITC TradeMap - Junho 2013
 (1) O Kuwait registrou importações totais de US\$ 19,07 bilhões em 2012, com US\$ 12,29 bilhões por conta de produtos manufaturados e US\$ 6,78 bilhões de outros produtos.

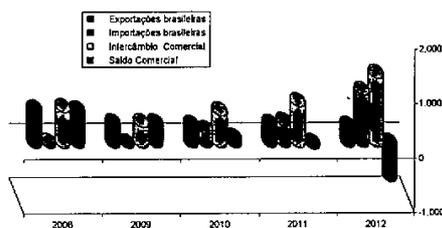
A pauta de importações do Kuwait apresentou concentração em três grupos de produtos manufaturados, que responderam por 45% da pauta em 2012. São eles: automóveis - veículos automóveis, tratores e peças mecânicas - (13,7%), máquinas mecânicas - torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes, bombas de ar ou de vácuo - (13,8%), e máquinas elétricas (7,9%).

BRASIL-KUAITE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	632	373	339	357	314	123	151
Variação em relação ao ano anterior	174,0%	-41,0%	-9,1%	5,3%	-12,2%	-29,7%	22,6%
Importações brasileiras	20	0	244	387	960	447	639
Variação em relação ao ano anterior	-82,2%	-98,6%	(+)	58,6%	148,1%	503,7%	42,9%
Intercâmbio Comercial	653	374	583	744	1.274	570	789
Variação em relação ao ano anterior	89,5%	-42,8%	56,2%	27,6%	71,1%	129,0%	38,5%
Saldo Comercial	612	373	95	-30	-647	-324	-488

FABRICAÇÃO DE BREVÊS DE DIREITO - Divisão de Intercâmbio Comercial - com base em dados do MDIC/SECEX - A nível
 (*) Variação anual ou superior a 1.000%.

O Kuwait foi o 50º principal parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,27% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 95,2%, passando de US\$ 653 milhões, para US\$ 1,27 bilhão, ocorrendo um decréscimo de 50,4% nas exportações e crescimento de mais de 1.000% nas compras kuaitianas. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil entre 2008 e 2010, apresentou déficit para o Brasil nos anos de 2011 e 2012. No último ano apresentou déficit de US\$ 647 milhões.



Aviso nº 602 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 42/8/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 14) ' - /2013